



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade | Instituto de Ciências Sociais | U.M. | Guimarães | 21 | Setembro de 2001

editorial

António Amaro das Neves

EDITORIAL

Tinta anos de reconstituições de paróquias

♦ António Amaro das Neves

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

♦ Maria Norberta Amorim

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

Miguel Monteiro

♦ Elisabete Pinto

APONTAMENTOS

DE INVESTIGAÇÃO:

O Brasil como destino de emigração

♦ Miguel Monteiro

ARGUMENTOS:

Ser indígena ou assimilado (em Moçambique, até 1951)

♦ Luís Polanah

Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão

♦ Maria Christina S. S. Campos

NOTÍCIAS:

• NOVAS PUBLICAÇÕES DO NEPS

♦ *Ribeiras do Pico*

- *Microanálise de evolução demográfica,*

de Maria Norberta Amorim

♦ *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho:*

Sociedade e Demografia, de Maria da Glória Solé

• III Congresso Histórico de Guimarães

♦ *D. Manuel e a sua época*

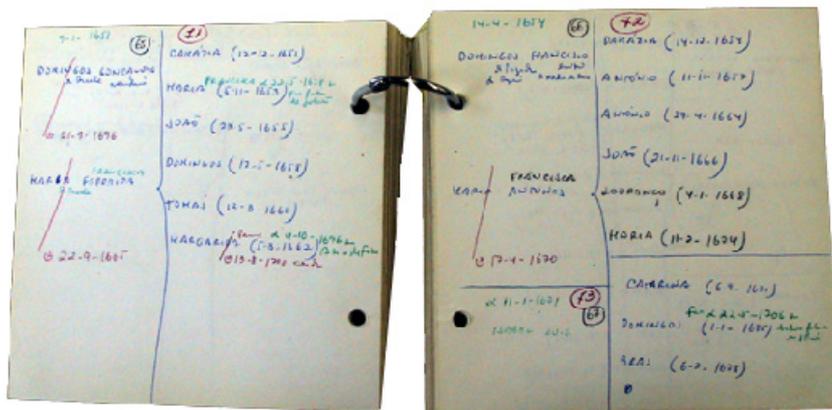
Trinta anos

de reconstituições de paróquias

Nos finais dos anos cinquenta do último século, a comunidade científica despertava o seu interesse para o conhecimento dos mecanismos de funcionamento das populações do passado, com

recidos pelos registos paroquiais de Lisboa durante o século XVIII, organizando um ficheiro dos assentos dos três tipos de registos: nascimentos casamentos e óbitos.

Maria de Lurdes Akola



a divulgação dos resultados das primeiras reconstituições de família francesas. Inspirada por esses trabalhos, por essa altura, Virgínia Rau propôs ao Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa um programa para a investigação demográfica portuguesa, que tinha como objectivo a *recolha sistemática dos elementos for-*

Neto, a primeira investigadora portuguesa a divulgar resultados de estudos de demografia histórica baseados no tratamento sistemático de registos paroquiais, constituiu um ficheiro com quase dez mil fichas de actos vitais registados na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, cobrindo o primeiro quartel do século XVIII. Das conclusões

S U M Á R I O

Trinta anos de reconstituições de paróquias

apresentadas, começava a alicerçar-se uma certeza inquietante: em Portugal, não era possível a reconstituição de famílias.

Nas outras Faculdades de Letras, ao longo dos anos sessenta e setenta, foram-se lançando projectos de pesquisa em Demografia Histórica que visavam a reconstituição de famílias, com base na metodologia criada por Fleury e Henry para o estudo da fecundidade legítima das populações francesas do passado. De milhares de horas de trabalho de arquivo, em grande parte realizado por jovens estudantes das licenciaturas em História, resultaram enormes acervos de fichas de actos de baptismos, casamentos e óbitos, cujo cruzamento ninguém se revelava capaz de concretizar. Desses ficheiros, o mais que se produziram foram uns quantos **estudos de natureza agregativa**. Mas quase nada de famílias reconstituídas.

O principal entrave à concretização das intenções mais ambiciosas de tais projectos residia na natureza das fontes paroquiais portuguesas e no modo muito peculiar como entre nós eram transmitidos os sobrenomes familiares. A metodologia de Fleury-Henry alicerçava-se da regularidade da passagem dos nomes de família de geração para geração. Porém, em Portugal, a norma é a absoluta ausência de regras nesta matéria, como Norberta Amorim constatava, no início da dé-

cada de 1970, ao escrever que *um pai que assina Pires, pode ter um filho que se chame Fernandes e outro Esteves, por exemplo, herdando estes apelidos da mãe, avós e até padrinhos*.

Encontrado o nó da meada, esta investigadora iniciou uma tentativa de reformulação das bases metodológicas da pesquisa em Demografia Histórica, adequando-as às especificidades das fontes portuguesas e introduzindo um conjunto de procedimentos simples, intuitivos e comprovadamente eficazes, que irão permitir a reconstituição de famílias em horizontes espaciais e temporais inesperadamente alargados. As famílias passaram a ser indexadas não pelo sobrenome do pai, mas pelo seu nome próprio (aquele que é imutável e que acompanhava os percursos de vida daqueles homens, desde o baptismo até à sepultura). Uma outra inovação frutuosa resultou do abandono da recolha dos registos de baptismo em fichas individuais, para posterior cruzamento, que resultava no registo de informação redundante sempre que um mesmo casal tinha mais do que um filho. Foi assim que surgiram os ficheiros constituídos por folhas de papel cavalinho unidas por argolas, que são a *imagem de marca* do método criado por Norberta Amorim. Neles, as famílias começavam a ser reconstituídas logo no processo de levantamento da infor-

mação no Arquivo, a partir dos registos de baptismo, com um significativo ganho de tempo, eficiência e rigor nos resultados finais.

Este conjunto de técnicas de pesquisa e de tratamento de informação, mais tarde baptizado de *Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, lançou as suas bases a partir do esforço inicial de uma investigadora isolada, foi ganhando aderentes (hoje contam-se por dezenas os investigadores que baseiam as suas pesquisas nesta metodologia), vencendo resistências, conquistando o reconhecimento e marcando presença sistemática em publicações e encontros científicos nacionais e internacionais.

Ao mesmo tempo, esta metodologia tem revelado grande capacidade de adaptação ao acelerado processo de transformação que atinge a pesquisa científica nos tempos que correm, abrindo-se à inovação e aproveitando os recursos disponibilizados pelas novas tecnologias da informação, com o recurso ao precioso contributo dos especialistas em informática da Universidade do Minho.

O Núcleo de Estudos de População e Sociedade, com as suas iniciativas, a produção dos seus investigadores e as suas linhas de publicações, insere-se num percurso cujos primeiros passos se deram nos idos de 1971, com o estudo demográfico de Norberta Amorim sobre *Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII*. Passam agora trinta anos. •

Nas sociedades tradicionais o Lugar em que se habitava constituía o nível de referência em que a individualidade podia ser reconhecida e assumida da forma mais aprofundada e abrangente. Situado entre dois outros importantes níveis de referência, a Família e a Freguesia, era no Lugar que se reuniam as melhores condições e oportunidades para o conhecimento do outro. No nível imediatamente inferior de agregação, na Família, o pequeno círculo e a afectividade seriam susceptíveis de perturbar ou limitar esse conhecimento. Quando consideramos o conjunto dos Lugares, a Freguesia, perdem-se condições para uma continuada observação individual e a Família apareceria como uma unidade básica de referência.

Tradicionalmente, o Lugar surgia assim como um espaço privilegiado de sobrevivência e socialização, constituindo o espaço humano por excelência.

Ao ensaiarmos uma abordagem micro-analítica da sucessão das gerações nas Ribeiras do Pico entre os finais do século XVII e os finais do século XX, usando as metodologias da Demografia Histórica, fomos dando conta das dificuldades de aprofundamento ao nível da freguesia, acabando por preferir a observação a nível do lugar.

Os lugares das Ribeiras apareciam como outras tantas unidades em que a consciência de pertença dos seus habitantes soubera afirmar uma identidade reconhecida no exterior. Ribeira Grande, Ribeira Seca, Pontas Negras, Santa Cruz, Caminho de Cima, Caminho de Baixo, Sta. Bárbara, Cruz ou Arrife, são lugares que ainda hoje se distinguem pela diversidade de paisagem, pela relação entre as habitações, por construções sociais identificadoras, materiais ou sim-

bólicas, ou ainda pelo imaginário colectivo.

Muitas e diversificadas poderiam ser as formas de abordagem da história de vida das gentes do Lugar. De facto, ao Historiador colocam-se muito mais opções do que aquelas que se poderão colocar aos seus colegas de outras Ciências Sociais. O Tempo traça quadros sucessivamente diversificados e susceptíveis de captar o interesse do investigador. Enveredar por análises transversais ou análises longitudinais ou ainda conjugar as duas vias de análise são opções de partida que dificilmente se poderiam colocar em disciplinas não históricas.

No caso vertente fascinou-nos a possibilidade de, conjugando fontes diversas, jogar com observações sobre três momentos distintos da vida da comunidade, apoiando-nos sempre na base de dados com a paróquia reconstituída.

Os esteios para a montagem sobre a base de dados paroquial de sequências geracionais dos residentes no lugar que elegemos, o da Ribeira Seca, foram fundamentalmente três listas de habitantes e as informações de dois homens aí nascidos, o Sr. Manuel Silveira da Silva e o Sr. Manuel Hermínio Brum e respectivas esposas, a quem agradecemos.

Uma lista de habitantes para 1838 foi ordenada por fogos, com idades, profissões e relações familiares, mas sem indicação de lugar de residência. Um mapa da matriz predial da freguesia datado de 1885, com nomes e moradas dos contribuintes, não inclui a indicação de idades ou outros dados identificadores. Um rol de confessados da paróquia de Santa Cruz (uma das duas paróquias em que hoje se divide a freguesia) referido a 1925, com indica-

ção de lugar, é ordenado por fogos e inclui também idades, profissões e relações familiares.

Situando-se as Ribeiras na vertente sul da fragosa ilha do Pico, entre as freguesias das Lajes e Calheta de Nesquim, na zona da ilha de formação mais antiga, os seus três lugares mais orientais, Ribeira Grande, Ribeira Seca e Pontas Negras, geograficamente distanciados dos restantes, assemelham-se entre si. O lugar central, o da Ribeira Seca, o lugar escolhido para esta análise, é separado da Ribeira Grande pela Ribeira de Martim e é cortado pela Ribeira de Maria Antónia e pela Ribeira de onde tomou o nome, a Ribeira Seca, contando-se ainda três grotas, uma delas identificada como Grota do Serrado dos Porcos e outra como Grota de Maria Antónia. Essas ribeiras que correm frequentemente no inverno chuvoso, retendo água em alguns poços, eram recursos muito importantes para usos domésticos e para tirar a sede aos animais *de porta*. Nos *matos*, à distância de uma hora ou hora e meia das casas, onde o gado pastava livremente só confinado aos limites de cada propriedade, era feita a retenção de água em charcos ou poços construídos de lama (de cimento num século XX adiantado) a servir de bebedouros. Nas casas, sempre que os poços das ribeiras estavam vazios e antes da construção nos finais do século XIX e inícios do XX de cisternas de eirado de cimento (os chamadas *tanques*), era preciso ir junto ao mar, aos poços de maré, buscar água salobra para todos os gastos domésticos. Alguma água, apanhada dos beirais em talhões de barro, era reservada para gastos especiais, como fazer café (geralmente de favas torradas) ou chá. O poço de maré era na Baía da Abelheira,

onde havia o poço e o porto da *Auada* (Aguada) hoje dificilmente acessível por terra, mas onde chegaram a varar cinco barcos e onde também no início do século XX exímios mestres carpinteiros e calafates construíram embarcações de pequeno porte, barcos, lanchas e botes baleeiros, de elegância dita insuperável, conhecidos como os *Mestres da Auada*.

Hoje a Ribeira Seca, mais ainda do que acontece na Ribeira Grande ou nas Pontas Negras, encontra-se fortemente penalizada pelo envelhecimento e pela desertificação. Em finais de 2000, contava apenas 41 habitantes distribuídos por 14 habitações, havendo 19 casas desabitadas ou de habitação secundária (emigrantes que passam algum tempo na sua casa de origem). Desse 41 habitantes, apenas 2 tinham idade inferior a 15 anos; sendo 13 os indivíduos com 65 ou mais anos.

Substituindo as lavouras, a criação de gado bovino alastrou das pastagens altas do mato para a beira das casas, constituindo o maior recurso do lugar, com seis famílias a depender dessa exploração. À excepção de um marítimo, a construção civil ocupa os restantes homens activos. Os pensionistas valorizam a possibilidade de envelhecer olhando um larguíssimo horizonte sem a angústia da exclusiva dependência dos recursos de uma natureza caprichosa.

Entrando no Lugar, de oriente para ocidente, iremos desenvolver a tentativa de ligação entre as gentes de hoje e as gentes que no mesmo lugar as precederam, apoiando-nos na documentação disponível para as três datas atrás referidos – 1838, 1885 e 1925 e na memória privilegiada dos nossos informantes. Dadas as

dificuldades de identificação dos contribuintes para 1885, a ausência de referência ao lugar de residência na lista de habitantes de 1838 e as dificuldades gerais de identificação de pessoas no passado, a algumas interrogações não sabemos dar resposta.

A forma que encontramos para articular a informação entre as gentes de hoje e aqueles que já passaram nesse lugar da Ribeira Seca assentou nas casas conservadas ou arruinadas, património construído que pode ainda suportar a nossa observação. Neste momento iremos identificar gentes que vivem ou viveram nas três primeiras casa do lugar.

1.º CASO

Para a primeira casa da Ribeira Seca, quem sai da Ribeira Grande, no sítio das Ordimalas, não encontramos transmissão familiar. Foi comprada nos finais dos anos de 1960 a emigrantes que saíram para os Estados Unidos. Foi comprador um agricultor/proprietário da freguesia da Piedade que optou por vender os seus bens e comprar na oportunidade casa e terrenos nas Ribeiras, onde a mulher tinha raízes. A comunidade aceitou-o atribuindo-lhe a mesma alcunha que fora do sogro, o *Cacena*.

Trata-se hoje de uma das casas com maior número de pessoas no lugar. Contamos a viúva do referido comprador, um filho casado, trabalhador na construção civil, a mulher deste, doméstica, e três netos, tendo o mais novo idade inferior a 15 anos.

Recuemos a **1925**, altura em que na Ribeira Seca se contavam 120 residentes. Nessa casa encontramos um viúvo de 88 anos, Francisco Silveira Cardoso e duas filhas solteiras, Maria da

Glória, de 57 anos e Maria Augusta, de 56 anos, tendo esta perdido o juízo já adulta.

Francisco Silveira Cardoso casara aos 27 anos com Clara de Jesus, filha de um casal das Pontas Negras. Apesar de Francisco Silveira tirar passaporte para os Estados Unidos aos 34 anos (conhecemo-lhe um outro registo de passaporte para o mesmo destino quando contava 65 anos), a sua primeira estadia foi breve e o casal teria sete filhos, nenhum casado nas Ribeiras. Faleceu um filho em criança e uma filha aos 20 anos e ausentaram-se três outros. De notar que a filha demente, Maria Augusta, tirou passaporte para os Estados Unidos quando tinha 20 anos. Também aos 20 anos emigrou para os Estados Unidos a filha que se chamaria, por casamento, Teresa da Silva Garcia, seguindo o mesmo destino, aos 21 anos, o filho José Silveira. Do filho Manuel não temos registo de passaporte, mas admitimos que também tenha emigrado para os Estados Unidos.

Falecida Maria Augusta e depois o pai, *Glória de Francisco Silveira*, como era conhecida a filha mais velha, *fez papel do que era seu* a um familiar e vizinho, Manuel Cardoso da Silva, filho de outro do mesmo nome que encontramos residente na terceira casa do lugar em 1925. Uma mulher idosa sem herdeiros forçados encontrava um jovem casal aparentado que a velaria e trabalharia as suas terras.¹

Manuel Cardoso da Silva Jr., nascido em 23 de Agosto de 1910, além de trabalhar a terra com esmero exerceu a profissão de ferreiro. Na Ribeira Seca como na Ribeira Grande ou Pontas Negras, neste período, tornava-se imperativo para o chefe de família complementar a agricultura de subsistência com um ofício ou a actividade de pescador. Casou

aos 25 anos com Isaura Emília da Silva, de 18, mulher conhecida pela sua força física (fazia a proeza única de trazer duas latas de 20 litros cheias de água à cabeça pela íngreme canada que subia em distância de cerca de um Km. do poço da *Auada* à casa onde vivia, bem no extremo da Ribeira Seca). Tiveram oito filhos, tendo uma filha falecido em criança. Nos anos sessenta emigraram todos, o casal e os filhos. O filho mais velho, Manuel, emigrou em 1963, já casado, para o Canadá, onde depois se juntaram José e Maria. O casal e os filhos mais novos emigraram para os Estados Unidos em 1968.

2.º CASO

Na segunda casa do lugar, vive hoje uma viúva isolada, com uma pensão de reforma, aparentada com os antigos proprietários da primeira casa. Havia casado aos 21 anos com um homem natural da freguesia de S. João, de quem teve seis filhos, três residentes no lugar de Santa Cruz da mesma freguesia, dois nos Estados Unidos da América e um outro em Lisboa.

Em 1925 encontramos como residentes nessa segunda casa os pais da actual proprietária, um casal com muitos filhos, vivendo com alguma dificuldade. Tratava-se de Domingos Cardoso de Melo ou Domingos Cardoso Luís, a trabalhar de agricultor, de pedreiro e ainda de pescador (o peixe, além de enriquecer a mesa, podia ser vendido ou trocado por outros bens essenciais), então com 44 anos, sua mulher, Maria Isabel de Ávila, doméstica, de 36 anos, e oito filhos, dos dez que nasceriam. Integrava ainda o mesmo fogo a mãe de Domingos Cardoso, Isabel Josefa, de 88 anos, viúva de Manuel Cardoso de Melo. A proprietária actual

seria o décimo filho do casal. Deses dez filhos apenas um faleceu na infância. Conhecemos o casamento de sete, ausentando-se antes do casamento duas filhas. De notar que esta família como praticamente todas as outras não escapava a uma alcunha, neste caso a alcunha de *Gatas*.

Em **1885** Manuel Cardoso de Melo, pai de Domingos Cardoso de Melo, tinha de rendimento colectável a modesta quantia de 2\$448 réis. Sua mulher, Isabel Josefa, era a filha mais nova de Manuel Silveira Cardoso e Rosa Josefa, sendo Manuel Silveira Cardoso tio de Francisco Silveira Cardoso que encontramos em 1925 na primeira casa do lugar.

3.º CASO

Na terceira casa do lugar vive hoje um casal idoso com um filho solteiro. Foi herdada do pai da actual proprietária, António Pereira Cardoso, que a adquiriu por compra.

Em 1925 encontramos como residente Manuel Cardoso da Silva, agricultor, casado, de 43 anos, sua mulher, Maria do Rosário da Silva, doméstica, de 38 anos, e cinco filhos, quatro filhos e um filha, entre os 14 e os 4 anos de idade (uma outra filha nascera e morrera num mesmo dia). Não teriam mais filhos e Manuel Cardoso da Silva faleceria em vésperas de atingir os 50 anos. Todos os filhos casaram na freguesia. Já referimos o filho mais velho, Manuel Cardoso da Silva Jr., como proprietário da primeira casa do lugar.

Maria do Rosário da Silva foi filha única de Francisco José Gonçalves e Isabel Maria da Conceição, esta irmã de Francisco Silveira Cardoso já identificado. Eram ambos filhos de Matias Silveira Cardoso e de Maria da Conceição.

Na matriz predial de 1885 encontramos, no mesmo sítio das Ordimalas, um Matias Silveira Cardoso com um rendimento colectável de 24\$396 réis, sendo o maior proprietário do lugar. Teria 81 anos em 1885 e fora pai de sete filhos. Falecendo um filho de nome Matias aos oito anos de idade, Manuel, o filho mais velho, emigrou para o Brasil aos 29 anos e de José não temos informação. Além de Francisco e Isabel, mais duas filhas casaram na freguesia.

Na lista de habitantes de 1838 encontramos referido ao fogo nº 47 o pai de Matias Silveira Cardoso, chamado Matias Silveira, trabalhador (identificado como lavrador num mapa da população datado de 1836), sua mulher Isabel Josefa, fiadeira, e seu filho Francisco, solteiro, trabalhador.

Matias Silveira era o filho mais velho de outro Matias Silveira e de Isabel Silveira, casal muito pobre (seguindo a informação do pároco à morte de Isabel Silveira), e havia nascido em 20 de Agosto de 1778. A sua mulher, nascida em 15 de Outubro de 1775, era filha de Francisco Vieira de Lemos e Isabel Josefa, casal que supomos remediado.

O casamento de Matias Silveira e Isabel Josefa realizara-se em 4 de Fevereiro de 1801 e haviam-lhe nascido oito filhos, três já casados em 1838, tendo-lhes falecido criança uma filha, um filho falecido solteiro aos 25 anos e tendo ainda uma outra filha cujo destino desconhecemos.

Casando uma filha para o vizinho lugar das Pontas Negras, os outros dois filhos já com família própria viviam em fogos contíguos aos pais e possivelmente na mesma residência ou suas dependências. O filho Francisco, referido ao mesmo fogo dos pais, viria a casar aos 24 anos e em 1885 tinha ele próprio de rendimento

colectável 9\$873 réis, o que o colocava entre os proprietários remediados das Ordimalas.

O filho mais velho, Manuel Silveira Cardoso, nascido em 25 de Dezembro de 1801, casara aos 24 anos com Rosa Josefa, de 31 anos, filha de José Garcia e Bárbara Josefa, das Pontas Negras, lugar onde residiram algum tempo. Em 1838 encabeçavam o fogo 46. Haviam baptizado já os seus seis filhos, um deles falecido criança. Manuel Silveira é identificado como trabalhador (sem propriedade, segundo o mapa de 1836) e sua mulher como fiandeira. Sendo já falecido em 1885 a sua viúva não figura no mapa dos proprietários da Ribeira Grande.

Noutro fogo contíguo vivia o filho Matias Silveira Cardoso, então trabalhador (sem propriedade, segundo o mapa de 1836), casado com Maria da Conceição. Matias Silveira Cardoso, nascido em 24 de Fevereiro de 1804, casara nas vésperas de perfazer 26

anos, quando Maria da Conceição tinha 19 anos. Esta era filha de José Francisco Goulart e Maria da Conceição, casal pobre que integrava o fogo 51 do mesmo lugar da Ribeira Seca. Tinham três filhos menores em 1838 dos sete que registariam.

Não conseguimos perceber a origem da propriedade de Matias Silveira Cardoso em 1885, quando os seus ascendentes eram pobres ou remediados. Notemos, no entanto, que na matriz predial de 1885 são identificados dois indivíduos com o nome de Matias Silveira Cardoso, um residente nas Ordimalas e outro, com alcunha de *Janeiro*, residente no lugar da Ribeira Grande. Apesar deste último ser pobre, tendo de rendimento colectável apenas 3\$239 réis, dificilmente o identificamos com Matias Silveira Cardoso, filho de Matias Silveira. Numa altura em que o crescimento populacional, os hábitos de repartição igualitária de proprie-

dade e a dureza do solo limitavam as possibilidades de progressão social, achamos muito difícil a aquisição avantajada de novas propriedades sem o recurso à emigração de sucesso. Sabemos que as idas aos Estados Unidos eram frequentes e podiam não ser prolongadas. Fica-nos neste caso a dúvida. •

1 Nem sempre terá sido fácil a convivência entre Glória e o primo (segundo os hábitos do lugar, sendo de geração diferente, Manuel Cardoso trataria Maria da Glória por tia). Trabalhado com esmero por Manuel Cardoso o vasto *aposeno* da casa (quintal), duas galinhas da madeira (garnizés), muito do gosto de Glória esgaravavam e estragavam as culturas, o que irritaria o jovem. Um dia as galinhas foram mortas e penduradas na tranca da porta, bem em evidência. Esse gesto terá condicionada uma forte zanga da dona e um afastamento temporário da família de Manuel Cardoso. Mais tarde a situação acabou por compor-se.

n.º 2 dos Cadernos Neps

Ribeiras do Pico – Microanálise da evolução demográfica, de Maria Norberta Amorim

O NEPS iniciou recentemente a publicação regular de trabalhos científicos dos seus investigadores. Intitulada *Cadernos do NEPS.*, esta série de publicações pretende trazer à estampa novas pesquisas, contributos científicos para o enriquecimento da produção bibliográfica dos membros do Núcleo.

De autoria de Maria Norberta Amorim, com a colaboração de Manuel Cardoso, saiu agora a obra *Ribeiras do Pico (Finais do século XVII a finais do século XX) – Microanálise da evolução demográfica*. Este trabalho desenvolve-se articulando três pontos prin-

cipais de reflexão já amplamente levantados. O primeiro prende-se com a pertinência de acompanhar, utilizando metodologias e indicadores coerentes, a evolução dos comportamentos demográficos do Antigo Regime aos dias de hoje. O segundo diz respeito à abordagem das interações dos fenómenos de nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade, após a análise corrente desses mesmos fenómenos. Por último, a contribuição empírica aporta ao debate em torno do complexo problema da transição demográfica. •





NOME: Miguel Teixeira Alves Monteiro

IDADE: 46 anos

NATURALIDADE: Celorico de Basto

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: Docente no Ensino Secundário e Superior

Com a tese de mestrado intitulada *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*, o investigador Miguel Monteiro procurou o rasto dos indivíduos que durante esse período saíram de Fafe. Um trabalho que retoma uma pesquisa efectuada pelo autor, antes da frequência do Curso de Mestrado em História das Populações.

Em 1991, a publicação de *Fafe dos Brasileiros – uma perspectiva histórica e patrimonial*, Miguel Monteiro apresenta informações variadas sobre o papel desempenhado pelos “brasileiros” de retorno na comunidade local, com diferentes repercussões na dinâmica social e urbanística de Fafe. A receptividade evidenciada por diferentes quadrantes científicos levou Miguel Monteiro a abraçar o desafio de aprofundar a problemática emigratória, enveredando por uma visão mais micro-analítica.

Recorrendo a fontes manuscritas como guias de trânsito e outra documentação referente ao fenómeno da mobilidade existente no Arquivo Municipal de Fafe, no Governo Civil de Braga e em arquivos particulares, Miguel Monteiro procurou reconstituir as trajectórias daqueles indivíduos que abandonavam, na maior parte dos casos temporariamente, a sua comunidade de origem. Neste fluxo migratório, o investigador, na sua tese de mestrado, identifica duas realidades distintas, “aqueles que partem para outras regiões do país, num processo de migração sazonal, e aqueles com características sociais mais vincadas que rumam ao Brasil, aí permanecem algum tempo, e regressam à sua comunidade – os brasileiros”.

Enquanto ao primeiro caso aparecem associados homens com categorias profissionais indife-

renciadas, no segundo, “são sobretudo proprietários, agricultores, cirurgiões e negociantes que saem e retornam, permitindo que os seus filhos, a geração seguinte, implementem mudanças no **espaço social, com uma** representatividade bem definida nas mais importantes instituições locais e alterações nas tradições vigentes”.

Ultrapassado o trabalho que consubstancia a dissertação de mestrado, apresentada em 1996, Miguel Monteiro está a preparar a tese de Doutoramento sobre a mesma temática, embora procurando uma dimensão mais ampla do fenómeno migratório. Além das trajectórias dos indivíduos que rumaram ao Brasil, o investigador pretende também conhecer os impactes provocados pela emigração para outros destinos, como a França e outros países de acolhimento dos habitantes de Fafe.

Na senda das investigações já efectuadas, a Câmara Municipal de Fafe convidou Miguel Monteiro a elaborar o projecto do Museu da Emigração e das Comunidades Portuguesas. Trata-se de uma iniciativa que conta com o apoio da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, aberta à colaboração com outros municípios e entidades que queiram participar no projecto.

No fundo, elucida o investigador, a ideia que preside à **organização da proposta visa** a reconstituição da história de vida dos emigrantes, através da criação de uma base de dados o mais completa possível desses indivíduos que saíram de Fafe.

Bibliografia do investigador:

- *Fafe dos Brasileiros (1860-1930) – perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, 1991

- “Cultos e Ocultos de Monte Longo”, separata – *Minia*, Braga, 1995, pp. 103-135

- “Migrantes e Emigrantes de Fafe (1834-1926) – Territórios, Estrutura Social e Itinerários, Fafe”, *Primeiras Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1996, pp.373-419

- “Migrantes, Emigrantes e Brasileiros” *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 7, Câmara Municipal de Guimarães – Universidade do Minho, 1996, pp. 285-330

- “Mobilidade geográfica e desigualdade social – Brasil destino de distinção”, *Boletim de La Asociación de Demografia Histórica*, XVI – I, Asociación de Demografia Histórica, 1998, pp. 95-136

- “Migrantes e Emigrantes de Fafe: dois comportamentos sociais diferenciados”. *Actas do Congresso Internacional de Demografia Histórica*, Logroño, 1998

- “Marcas da arquitectura de Brasileiro na paisagem do Minho”, *O Brasileiro Torna Viagem*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 2000

- “O Publico e o Privado”, *O Brasileiro de Torna Viagem*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 2000

- *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” (1834-1926)*, Fafe, ed. Autor, 2000. •

O Brasil como destino de emigração

Não são conhecidos muitos estudos que, sem descurar a estrutura sócio-económica e política, se debrucem sobre as diversas vertentes das migrações e do retorno vistos como práticas e representações sociais diferenciadas, com efeitos visíveis nas trajectórias de mobilidade e/ou reprodução social.

O facto de as migrações em Portugal apresentarem aspectos de regularidade e persistência, com variações regionais e sazonais, e assumirem características gerais e contornos específicos, impõe o aprofundamento da sua investigação, nas vertentes sociológica, antropológica e histórico-demográfica.

Deixando de lado concepções míticas sobre o carácter aventureiro dos “Lusitanos”, a tradição científica dominante tem vindo a reproduzir a ideia de que a emigração para o Brasil era constituída, predominantemente, por indivíduos de estratos sócio-económicos desfavorecidos, que fugiam à condição de pobres.

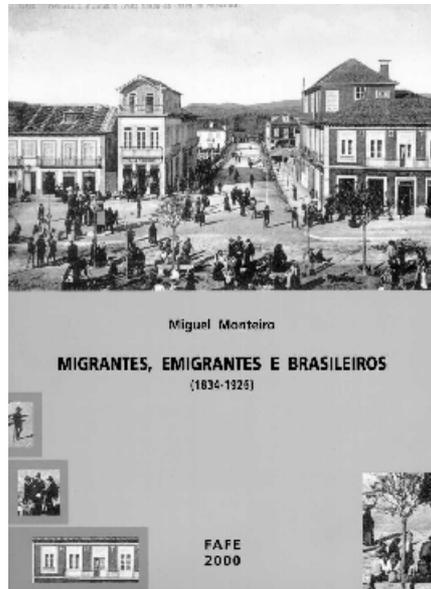
Porém, em “Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” (1834-1926) - Territórios, Itinerários e Trajectórias”, (Monteiro, 1996), apresentei argumentos julgados bastantes para dizer que os grupos sócio-profissionais médio e alto, ocupados em diversos sectores, no século XIX e primeiras décadas do XX, constituíram o grupo predominante dos que emigravam para o Brasil.

Alguns, depois de uma longa estadia no Brasil, regressavam com sucesso definitivamente a Fafe: eram os filhos da elite local de proprietários, que confirmam, reproduzem e reforçam os estatutos sociais dos ascendentes.

Por outro lado, os que praticavam a migração interna sazonal, predominantemente para o Alentejo e Carvoarias da Chamusca, eram os de mais baixa condi-

ção social (criados, trabalhadores e jornaleiros). Ou seja, tais situações diferenciadas deverão induzir à construção de uma tipologia dos migrantes, evitando assim generalizações abusivas ou discursos ideológicos sem suporte factual.

Para além das diferentes vertentes e aspectos que distinguem o ciclo do fenómeno migratório, outras diferenças existiram, tendo em conta a idade, o sexo, o estado civil, a saída directa de



Fafe para o Brasil, a saída para a cidade do Porto como lugar intermédio de saída para o Brasil.

Acresce ainda que, em “Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) - Perspectiva Histórica e Patrimonial, (Monteiro, 1996)”, procurei indagar a dimensão material e imaterial do retorno, visível na construção das casas dos “Brasileiros”, da filantropia pública e social, do investimento de capitais nas primeiras indústrias locais, como evidências de práticas e representações de um novo estatuto social: o “brasileiro” “burguês, “capitalista”, publicamente assumido sob a forma de comendador.

Nesse primeiro trabalho procurei ainda perceber alguns

aspectos da estruturação urbana e a respectiva configuração das praças, ruas e jardins; sugerir alguns indicadores da estrutura social, administrativa, cultural e económica decorrente da acção daqueles emigrantes de retorno; identificar as iniciativas industriais/empresariais dos “brasileiros”; enunciar algumas características arquitectónicas e decorativas das suas casas; proceder à localização cartográfica das casas urbanas e identificar os seus proprietários/construtores, designadas de “brasileiro”, bem como os equipamentos sociais a eles devidos; enumerar algumas notícias do jornal “O Desforço” sobre a personagem do “brasileiro”.

Nesse trabalho reduzi ao mínimo a intervenção analítica, apresentando extractos de textos, de documentos e imagens da época, ilustrando as principais iniciativas dos “brasileiros” e do município durante o período em estudo.

Surpreendentemente, e ultrapassando as modestas finalidades e objectivos do referido trabalho, a imprensa portuguesa, do Brasil e algumas revistas nacionais, nomeadamente das universidades produziram um conjunto de recensões e críticas, cuja pertinência me conduziu à Universidade do Minho onde encontrei o suporte teórico, científico e metodológico para dar respostas fundamentadas às questões que aí eram formuladas.

NOVOS DESTINOS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Como dissemos, na cidade de Fafe, existem evidências materiais e simbólicas que justificam, só por si, o estudo da emigração para o Brasil. Tais evidências são a consequência explícita e visível dos investimentos daqueles que aí fizeram “fortuna” e que,

Ser Indígena ou Assimilado (Em Moçambique, até 1961)

Abro este artigo com duas transcrições que servirão de enquadramento histórico e sociológico destas memórias de vida em Moçambique:

1- Sobre o perfil das actuais nações negras em África, escreve o professor Ilídio do Amaral o seguinte a respeito das fronteiras que geraram os novos países africanos: - *A carta geopolítica de África resultou de acordos estabelecidos entre potências europeias que partilharam o continente depois da célebre Conferência de Berlim de 1884-1885. Em regra geral, ignoraram os direitos dos povos africanos, as suas realidades históricas, linguísticas e religiosas, e, por vezes, até mesmo a reconhecida importância de acidentes ge-*

ográficos indelevelmente marcados no terreno. A África, mal conhecida, foi tomada como um continente esvaziado de civilizações. Os Europeus, detentores dos prodígios da civilização ocidental, achavam-se em condições privilegiadas e com direitos para definirem as fronteiras dos seus territórios africanos, olvidando a existência dos Africanos. (Fronteiras Internacionais Africanas, p.13, in *As Fronteiras de África*, edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa 1997)

2- Quanto ao esforço civilizador dos Portugueses em África, Gerald Bender, sociólogo da história de Angola, observou o seguinte quando ali investigou en-

tre 1968 e 1970: - *O Português encarou o processo de assimilação repartido por três fases: - a destruição das sociedades tradicionais, seguida pela inculcação da cultura portuguesa e, finalmente, pela integração dos Africanos destrribalizados e aportuguesados na sociedade portuguesa. Isto foi precisamente o procedimento dos Portugueses no Brasil e todos sabiam como os Negros haviam sido assimilados.* (*Angola under the Portuguese, the Myth and the Reality*, Heinemann, London 1978, p. 219-220)

3- Em Angola, os Portugueses mostraram-se incapazes de realizar sequer a primeira fase do processo de assimilação. A sub-

apontamentos de investigação

Miguel Monteiro

O Brasil como destino

em tempo de “Torna- Viagem” ou no seu regresso definitivo, aqui se instalaram.

Em “Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) - Perspectiva Histórica e Patrimonial, 1991”, registei as manifestações culturais, urbanísticas, industriais, familiares expressas no tecido urbano, sugerindo que a localização espacial do concelho, e particularmente a da antiga Vila e actual cidade de Fafe, onde sempre se encontrou instalado o assento da Administração Pública concelhia, terá influenciado a escolha feita pelos emigrantes do Brasil, para que aí viessem a construir os referentes materiais e simbólicos que reflectissem os seus trajectos, estatutos e respectivas representações simbólicas.

Não ignoramos que a emigração se reflectiu noutras manifestações materiais e simbólicas dispersas pelas trinta e seis freguesias do concelho, as quais, ainda que menos evidentes, se inte-

gram igualmente nos mesmos pressupostos estratégicos de saída e retorno.

Assim, para além do Brasil como destino predominante da emigração intercontinental, existem outros destinos migratórios de carácter regional, particularmente para o Alentejo, que exprimiam, por sua vez, estratégias sociais e familiares particulares, que também resultavam de determinados constrangimentos que importa certamente apurar.

Contudo, o fenómeno das migrações e retorno prolongou-se até aos nossos dias, apresentando, logo após a 1.^a Grande Guerra, uma nova orientação no que se refere ao destino, dirigindo-se particularmente para a Europa, atingindo as saídas valores significativos depois a 2.^a Grande Guerra. Se até à década de cinquenta, o Brasil prevalece como destino emigratório dominante, a partir de então são os países europeus e particularmen-

te a França, o destino principal dos migrantes portugueses e certamente também de Fafe. As migrações e o retorno configuram, na diacrónica, a existência de causas e motivações, cuja permanência marca a natureza estrutural e interactiva do fenómeno migratório e do retorno.

Deste modo, impõe-se uma pesquisa aprofundada que articule a migração, a emigração e o retorno, no quadro de uma arquitectura social, económica, política e simbólica que, além dos discursos e políticas oficiais, dê conta, não só das próprias motivações e vivências, estratégias e discursos dos protagonistas migrantes e suas famílias, dos ecos e efeitos dos empreendimentos migratórios nas respectivas populações, como também das necessidades e potencialidades do país de acolhimento, dos constrangimentos estruturais, sobretudo a nível da microsociedade de Fafe e freguesias concelhias.

Ser Indígena ou Assimilado

jugação física dos Africanos não se completou antes das primeiras décadas do século XX e, tal como todos os colonizadores em África, os Portugueses foram incapazes de erradicar os fundamentos morais e sociológicos das sociedades africanas. (Ibidem, p.220)

4- Enquanto o número de Africanos inscritos nas escolas aumentou para dez vezes mais durante o último quarto de século do colonialismo, a fraca qualidade e rigidez do sistema educacional apenas permitiu a escassos 5 por cento dos Africanos inscritos completar os quatro anos da instrução primária. (Ibidem, p.220)

5- O conhecimento que a maior parte dos Africanos do meio rural tinha do contacto com os Portugueses não era do tipo que mesmo remotamente contribuísse para a sua assimilação. Os administradores locais, os comerciantes do mato, soldados, colonos fazendeiros e criadores de gado pouco interesse tinham na assimilação dos Africanos. Pelo contrário, estavam mais interessados em cobrar impostos, angariar mão-de-obra barata, impor culturas comerciais, vigiarizando lavradores e criadores de gado em transacções comerciais, expropriando terras comunais e impedindo os protestos que estas e outras actividades similares suscitavam... (Ibidem, p.222)

6- Estas citações da acção civilizadora no tempo colonial reflectem idêntico processo de acção em Moçambique, de que apenas me limitarei a esboçar alguns traços das dificuldades que um Negro experimentava para obter o estatuto de equiparado a um cidadão português.

A BUROCRACIA DA ASSIMILAÇÃO

Creio ser oportuno proceder a

uma breve reflexão sobre a sociedade moçambicana no período colonial. Como se sabe a população era predominantemente formada por grupos de raça negra (uma grande parte cultural e etnicamente distinta entre si). Eram os chamados *indígenas* do território colonial. Uma vasta multiplicidade de pessoas e famílias de outras origens, nomeadamente, asiáticos e europeus, completava o quadro populacional da colónia.

Do encontro biológico dessas minorias com as mulheres indígenas havia resultado uma complexa descendência mestiça com características somáticas bastante variada, destacando-se entre os mais favorecidos os mestiços de *branco*. Sob o pulso da administração portuguesa a coexistência civil foi relativamente pacífica para todos os habitantes de Moçambique. Mas esta

tranquilidade foi, talvez, ilusória e fez a autoridade colonial persistir na sua política colonial surda e cega ante as transformações que o mundo vinha sofrendo.

Efectivamente, vivia-se como se o ordenamento humano e o seu futuro não pudessem ser discutidos em qualquer das suas múltiplas vertentes (racial, religioso, económico, cultural, social, etc.). O Estado era profético e absoluto no seu direito histórico, esmagando quem levantasse a sua voz para apontar o precipício para advertir contra o precipício que aguardava o Império alguns passos mais adiante!

Na cúpula da sociedade colonial sobressaía a imagem do homem branco como presença que, não tendo grande peso demográfico, representava, contudo, o fundador histórico daquela nova entidade regional e herdava o destino dos seus habitantes conforme ficara decidido na Conferência de Berlim, em 1885.

A mobilidade vertical dos estratos subalternos era bastante limitada e, para isso, não só as leis estavam habilmente concebidas para não acelerar o progresso das populações como amplas barreiras de preconceitos e falsas ideias se interpunham protegendo a camada privilegiada que representava a imagem da soberania portuguesa. O exemplo do Brasil e de toda a América Latina era realmente muito incómodo para a filosofia colonial do Estado Novo, cujo esforço missionário, por si só, não se mostrava capaz para servir os fins da política colonial, mas não apaziguar as crescentes aspirações das populações nativas.

O discurso colonial, porém, proclamava que a nação imperial estava empenhada na ascensão social e cultural das populações negras sem outros entraves senão aqueles derivados da incapacidade natural dos africanos... Era uma esperança que parecia abrir horizontes de sonhos para aqueles poucos que, já conscientes dum certo destino colonial, aceitavam a transformação dos sistemas de vida tradicionais e desejavam o progresso, assumindo eles também o exercício de mais competências, imunes ao risco de qualquer tipo de exclusão, a pretexto da raça, origem social, cor da pele, língua ou confissão religiosa.

Porém, as autoridades coloniais não tinham percebido que o atraso e clausura cultural dos indígenas moçambicanos se rompia com a emigração dos trabalhadores para as minas das Rodésias e da África do Sul, onde o mais labrusco dos negros tomava conhecimento das mudanças que iam, por esse mundo, na luta por uma relação humana mais equitativa e solidária,

principalmente entre o Negro e o Branco.

Dizendo isto, pretendo apenas

Ser Indígena ou Assimilado

recordar algumas situações do passado colonial em que o Negro esbarrava para alcançar um estatuto político e social equiparado ao de um cidadão. O Estado Novo havia aberto uma porta para o Negro se tornar um cidadão, aparentemente com os mesmos direitos de um português nativo, desde que satisfizesse determinadas condições num decreto-lei de 1954.. Mas o postulante africano via, com frequência, frustradas as suas pretensões, principalmente se não encontrasse simpatia por parte da autoridade administrativa que o examinasse.

Possuir a 4ª classe da Instrução Primária, saber escrever e falar correctamente a língua do colonizador, apresentar-se decentemente vestido, ter modos sociais de um cidadão, viver numa habitação condigna (não em palhota), não comer no chão e com as mãos, mas, à mesa, com colher, faca e garfo, etc., e, sendo casado, sê-lo segundo as leis civis dum bom cidadão ou pela Igreja, constituíam alguns dos mais importantes requisitos para lhe ser outorgado o *alvará* de assimilado.

Como esta pretensão dos Africanos fosse preocupante tanto para o Africano como para as autoridades territoriais a quem não agradava o afluxo de candidatos, em sua maioria do sul da colónia, escrevi, entre 1958 e 1959, alguns artigos no semanário *O Brado Africano*, órgão da Associação Africana da Província de Moçambique, com a prudência que as circunstâncias exigiam...

Numa desses escritos terei dito: -Não sei até que ponto a exigência de um processo de *assimilação* se pode justificar. Vários são os sintomas de que, mais cedo do que se presume, essa exigência perversa para o enquadramento político e social dos in-

divíduos de culturas diferentes, não terá de ser virá a ser simplificada ou totalmente banida, pelas dificuldades que ela

levanta à integração do Africano com os mesmos direitos de um cidadão originário.

Na verdade, não era fácil decidir quando um africano *indígena* estava em condições de se propor como um *cidadão*- se pela correcção como falava a língua portuguesa, se pela cama em que dormia, se pelas pessoas com quem habitualmente convivia, se pela fatiota que vestia, ou se pelo Deus que venerava, os rituais e crenças africanas de que provasse haver abjurado...

Quanto ao falar e escrever correctamente a língua portuguesa, tratava-se de saber moderar a sua exigência. Para qualquer africano a língua portuguesa era uma outra língua muito difícil, sobretudo de a escrever com a correcção desejável. Ficava-se até na dúvida de como situar o cidadão português analfabeto ou precariamente escolarizado, escrevendo com erros e expressando-se com a linguagem rural da sua região, onde, certamente, nunca chegara a escola!

Por outro lado, a prova de *rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo*, era uma exigência sem sentido, dado o conceito de rendimento entre os Africanos e aquele como era entendido pelo legislador colonial. Sabendo-se, para mais, como, por sistema, o salário de um trabalhador Negro não era nunca equiparado ao de um Branco. A pretensão do Negro baseava-se, principalmente, na expectativa que ele alimentava de poder viver melhor como assimilado e um *vencimento de Branco*, num posto profissional de nível correspondente. Para o Negro representava essa conquista vencer a aparente fatalidade da sua inferiori-

dade racial, podendo equiparar-se socialmente a um Branco. Ele tinha a certeza de que não chegaria a alcançar as condições de vida de um europeu, mas sabia também que podia estar a altura de enfrentar o Branco no mesmo plano, quando ocorresse algum incidente pessoal. O Negro alimentava a expectativa de passar a ser mais respeitado...

A convicção de que o Negro estava longe de possuir as capacidades intelectuais de um Branco era de tal ordem que nos anos 30 ou 40 houve reacções de incredulidade quando se soube que estava de visita a Moçambique um jornalista ou escritor negro de S. Tomé! Essa personalidade foi recebida com muita honraria nas estancias competentes, e com grande gáudio da massa africana, principalmente mestiça...

Alem disso, só o homem tinha condições para obter o estatuto de *assimilado*, visto só ele ter mais oportunidades para adquirir instrução e no leque de serventias a que ele podia ter acesso não haver lugar para as mulheres. Por múltiplas razões de carácter estrutural, a mulher negra estava presa às obrigações da vida tradicional, muito mais do que o homem, cuja mobilidade era grande e a sua importância no mercado do trabalho publico e privado era, por bem dizer, total.

Para as autoridades portuguesas o conceito de civilizado pressupunha comportar-se como alguém cujas competências e compromissos sociais tinham de estar evidenciados pelos padrões do país soberano. Portanto, possuir ilustração, consciência cívica dum europeu e um comportamento moral, despojado das crenças e práticas da sua tradição tribal, era fundamental. Tudo o que fica dito vinha expresso ou subentendido no referido Estatuto. Ora a produção de prova para estas

Ser Indígena ou Assimilado

condições era apreciada pela autoridade administrativa que, para o efeito, dispunha de um campo discricionário com que o candidato não podia competir. Só esta autoridade era competente para atestar as capacidades do candidato. Mas para o processo ficar completo era também preciso ouvir a autoridade tradicional da localidade de nascimento do candidato para que esta informasse sobre os antecedentes morais do candidato.

Na parte que dizia respeito à cultura do candidato, esta prova dependia exclusivamente dos diplomas que apresentasse, do trabalho que vinha exercendo, etc. e de não ter também antecedentes policiais e ser conhecido como pessoa de bem e de vida decente. Do questionário a que o candidato era submetido a autoridade era tentada a perguntar *porque requeria ele a cidadania*. Havia-os que respondiam ao agrado da autoridade: - *Porque considero que a minha maneira de viver não é a de um preto do mato: como, visto-me, comporto-me, falo, vivo como qualquer branco civilizado, mas pobre. Se não vivo melhor é porque não ganho para isso. Viver como um negro do mato, selvagem, ou os meus antepassados, é quero continuar a viver!* Alguns ousavam acrescentar: - *Eu não estou a dizer que vou deixar de ser negro, ficar como um Branco, ou ignorar o resto da minha gente, parentes e amigos, que permanecerão indígenas. Isso não posso!* Mas havia outros que se justificavam, dizendo que eram obrigados a pedir a sua *assimilação*, porque pretendiam concorrer a um lugar da função pública para o qual se julgavam

habilitados. Nos Caminhos de Ferro havia lugares para os quais era suficiente possuir a 4ª classe, e onde não tinham ingresso Brancos que não fossem porta-

dores duma instrução primária. Outros candidatos pretendiam ser assimilados para poderem auferir o *abono de família*, a que o respectivo lugar dava direito, e assim poderem viver em melhores condições. Quase sempre era mais a ambição de mudar da condição de indígena, que já consideravam humilhante, para a de um *cidadão*, ficando assim mais protegidos contra a arrogância da camada branca, crescentemente mais discriminatória...

Todos sabiam que não era de um dia para outro que alcançariam maior consideração social...O assimilado não era portador dum sinal exterior anunciando a sua nova condição sócio-política e que o distinguisse de qualquer indígena servindo no meio urbano. Muito embora deixasse de se identificar com uma *caderneta indígena* para passar a usar um *bilhete de identidade*, não estava livre de ser interceptado para se identificar. Era apenas munido desse certificado que o deixariam ingressar num cinema ou num café...Como indígena, nunca!

Nas provas a que eram submetidos, apareciam, por vezes, questões insólitas como esta: - *Conhece alguma lei sobre terrenos?* Uma pergunta que, certamente a maior parte das gentes poderia não saber responder, mas que alguns podiam contestar, dizendo: *Quando precisassem, recorreriam às informações dos serviços competentes!* A maior parte dos candidatos não desconhecia que as leis que regiam a distribuição e exploração de terras no âmbito dos povoados tradicionais eram distintas das que regulavam a propriedade privada, esta apenas acessível ao colono, ou supostamente a um assimilado (se este ganhasse para pagar os encargos fiscais), e nunca a um *indígena!*

Muitos dos proprietários tradicionais de terras onde tinham

suas palhotas, criação de animais, lavras e arvores de fruto, não estavam interessados em adquirir o estatuto de *assimilados* porque, de acordo com a definição de assimilado, a sua vida passaria a ser condicionada pelas leis aplicadas ao comum dos cidadãos. Receavam ser alvo de várias pressões sociais capazes de os pôr em conflito com os seus projectos de vida, a família ou a sua aldeia!

Concorrentes houve que possuíam o Curso de Professor ministrado na Escola do Alvor, que falavam e escreviam razoavelmente bem o português, mas que não tinham o menor desejo de abandonar o seu estatuto de indígenas.

Outra questão inconsequente, que revelava o espírito com que se pretendia dificultar o progresso civil do Negro, estava patente nesta questão que, por vezes, era apresentada aos candidatos: - *Qual foi a lei promulgada durante o governo do sr. General Bettencourt, a qual beneficiou a mulher indígena?* O povo não lia os boletins oficiais, como a maioria dos cidadãos. Quantos Portugueses (homens e mulheres), ilustrados, a conheceriam? E que benefícios teriam sido esses para a mulher indígena que um candidato devesse conhecer para merecer a cidadania?!

Noutros casos, faziam esta pergunta alternativa: - *Conhece alguma lei do Código Penal?* Havia uma noção geral de que aquilo que, consensualmente era considerado crime ou transgressão, merecia ser punido. Por isso, alguns não temiam responder assim :- *Como indígena sei que não devo matar, nem roubar, nem de qualquer maneira lesar os interesses do meu próximo. Como cristão ainda sei mais; só não sei o que diz o Código Penal!*

A outros candidatos foi apre-

Ser Indígena ou Assimilado

sentada esta questão: - *Que dinastias teve a História de Portugal? Se naquela época a taxa de analfabetismo em Portugal rondava os 90%, porque seria tão importante que um Negro, em Moçambique, para provar a sua capacidade de se comportar como um cidadão (e não como um selvagem) seria mesmo fundamental conhecer as dinastias de Portugal?*

Não menor era também a preocupação das autoridades coloniais em contrabalançar a camada africana a duras penas evoluída com uma substancial presença de colonos precariamente alfabetizados. Curiosamente a linguagem do Africano, mesmo sendo ele indígena, era mais decente do que o falar grosseiro, ainda hoje audível, do colono trazido do interior obsoleto de Portugal...

Contava-se também que a autoridade teria feito, algumas vezes, a seguinte pergunta: - *Promete abandonar os usos e costumes indígenas no caso de lhe ser concedida a cidadania? Um dos candidatos teria respondido assim: - Mas, se, desde que nasci, tenho vivido sempre em contacto, como qualquer africano, com a minha gente, mentiria se dissesse que vou ser como um Branco! Ter consciência dos meus deveres como cidadão não vai impedir de eu continuar a respeitar as leis das minhas tradições familiares. Isso não significa que não tenho condições para me comportar como um cidadão junto da gente civilizada! Que posso fazer? O que é que eu posso prometer depois de tudo isso? Eu não quero mais do que ser tratado como os Brancos tratam outros Brancos...*

Nesse passado recente, os principais protagonistas representavam duas categorias sociológicas distintas. Em Moçambique, os Portugueses estavam numa situação de inferioridade numéri-

ca, mas coesos e determinados eram sociologicamente dominantes. Os Negros, pelo contrario, a pesar do seu peso demográfico, não tinham a unidade dum nação nem um projecto de vida colectivo comum dotado de meios, política e sociologicamente ponderosos, para ousarem medir-se com o colonizador.

Procedendo o candidato Negro da camada dita *indígena*, era muito difícil para ele reunir totalmente as condições materiais e cívicas que satisfizessem o que a lei ou a autoridade exigiam dele. No entanto, fazendo apelo aos recursos da sua aldeia, ao trabalho da mulher, muitos desses candidatos potenciais, pela educação recebida numa missão religiosa, mereciam ser assimilados e ser admitidos num lugar de amanuense de secretaria, telefonista, guarda-fios ou aspirantes dos CTT, motorista, interprete de administração, encarregado de armazém, policia de segurança publica, mecânicos, etc. com o vencimento que se daria a um Branco... Mas se acaso fossem admitidos, eram pagos como indígenas sem os suplementos e as regalias correspondentes, a que o lugar dava direito.

Outra das condições para a assimilação do Negro incidia sobre o seu casamento civil ou religioso, e obrigatoriamente monogâmico. Porém, devido a imperativos das suas leis tradicionais, como hoje toda a gente não desconhece, não era fácil para o Negro cortar com certos deveres de ordem familiar, baseados na descendência e que contrariavam a moral do colonizador. Em determinadas circunstâncias, o direito consuetudinário exigia, por exemplo, que alguém assumisse como esposa a viuva do seu irmão e gerasse descendência em nome do falecido. Ou sendo a primeira esposa estéril, cabia aos sogros ceder outra filha

ou moça da mesma linhagem, sem a obrigação de o genro se divorciar da primeira esposa, ou de pagar um suplemento do *preço de noiva* (lobolo).

Para a filosofia do Negro não era por motivos de concupiscência dos homens que um homem se casava com mais de uma mulher, coisa que a moral do colonizador recusava compreender, entrincheirada em princípios religiosos excessivamente etnocêntricos. O grupo familiar perpetuava-se na descendência e como a mortalidade era grande, um número considerável de filhos assegurava a sobrevivência de herdeiros e sucessores dum linhagem...

O acesso ao estatuto de assimilado estava reservado apenas aos homens, simplesmente porque a mulher se mantinha prisioneira dos filhos por criar e da horta familiar. Era já num tempo em que a mulher branca dava os primeiros passos no trabalho fora de casa, nos finais dos anos 30 e princípios de 40. Mesmo as mulheres negras que eram educadas em missões católicas ou protestantes, supostamente iniciadas para a constituição dum família segundo o rito dos civilizados, não mudavam a sua condição de indígena, nem eram apoiadas e defendidas para formar uma família legal com um homem de outra procedência racial, em particular com um Português.

Com o estatuto de *assimilado*, instituído pelo Estado Novo, não era fácil para o homem encontrar meios ou condições para educar os filhos numa escola oficial, tão-pouco, fazê-los chegar ao liceu existente em Lourenço Marques, então, único na colónia. Quem vivesse fora dum centro urbano, numa localidade interioriana, onde apenas existisse a escola dum Missão cristã, seus filhos não tinham qualquer possibilidade de progredir

Ser Indígena ou Assimilado

numa formação profissional e cívica, senão resignar-se na rotina de vida no mato, ganhando pratica num ofício qualquer ou, se fosse mestiço e perfilhado, trabalhando com o pai...

Em parte esta estratégia era necessária para que ofícios e experiências de vida ao nível primário fossem preenchidos essencialmente por indígenas e outros **das camadas mais** desfavorecidas, sendo assim mais fácil entrosar com elementos da **população branca** menos educada. Mas também era necessário que noutros patamares da vida colonial, no comércio, na administração, nos serviços mais graduados, no ensino, na economia, no exército, etc. comessem a ser integrados elementos representativos das minorias étnicas locais, de quaisquer credos religiosos, cristãos ou não cristãos...

Ao contrário, o que se construía eram barreiras para dificultar o progresso e a integração dos *filhos da terra*, não se lhes dando nunca a oportunidade de ocupar um lugar na administração pública, com outra visibilidade profissional, política e socialmente relevante. As pretensões dum indígena em alcançar o estatuto de *assimilado* também despertavam reacções contraditórias no meio social indígena. Em alguns, por inveja ou cepticismo quanto aos benefícios possíveis com a mudança de estatuto social; mas outros orgulhavam-se por poderem mostrar ao Branco que a cor de pele, ou a raça, não eram sinais de incapacidade para um Negro comportar-se como um civilizado competente em lugares de quadros públicos, até então vedados aos Indígenas. Ocorreram também casos em que, recusado o estatuto de *assimilado*, o candidato teria procurado recorrer da decisão ou **manifestado a sua**

inconformidade com a decisão da autoridade. Interpretada a sua reacção como um acto de intolerável insurgência do *indígena*, a autoridade teria punido o candidato, deportando-o com outros elementos incómodos para São Tomé, ali silenciados como *elementos perigosos*, de onde tantos jamais haveriam de regressar a Moçambique!

Tais ocorrências provavam que não havia grande vontade por parte dos poderes coloniais em promover uma rápida e salutar integração social dos naturais africanos, cuja condição moral parecia condenada a permanecer nos estratos subalternos da sociedade que se gerava em Moçambique.

Quando aconteciam as situações que acabo de recordar, escrevi ainda alguns artigos com a intenção de sensibilizar o Governo colonial para os problemas que estavam a ser gerados em certos sectores da população africana onde o Negro se apresentava muito consciente da sua situação. Sabia-se que facilitar uma maior mobilidade social da população nativa significava abrir caminho a um crescente protagonismo do Africano nos diversos sectores da sociedade colonial. Um risco que as autoridades coloniais não pretendiam correr, porque certamente tinham consciência das suas debilidades demográficas e socioculturais, que o país não tinha pressa em sanar.

O problema da discriminação racial era nos finais dos anos 50 um facto flagrante na vizinhação sul-africana. Recordo um incidente ocorrido em 1957 ou 1958, entre o Brasil e a África do Sul, cujo regime assente num *apartheid* fundamentalista, era implacável, especialmente contra o Negro. A selecção de futebol brasileira devia defrontar-se com a selecção da União da África do

Sul, neste país. A fama da turma brasileira era internacionalmente conhecida e o interesse era enorme **também entre os** moçambicanos. Quando tudo parecia prestes a ser concretizado, soube-se que os Sul-africanos haviam exigido que fossem excluídos da equipa brasileira os jogadores *de cor*, entre os quais (se não erro) jogavam estrelas como Garrincha ou Didi! A imposição dos Sul-africanos fez o então presidente do Brasil, Kubitchec de Oliveira, determinar de imediato o cancelamento do encontro! Os Brasileiros só se defrontariam com a equipa que tinham, ou não haveria encontro! É claro que não houve encontro!

Este incidente teve uma repercussão estrondosa e a revista brasileira, mais lida em Moçambique, era o *Cruzeiro*, que fez eco do acontecimento, com discreta repercussão na imprensa moçambicana do sector europeu.

Por outro lado, sempre que tocava a vez de Moçambique deslocar-se ao país vizinho, os jogadores *de cor* eram expurgados da selecção. Esta humilhação não era comentada pela imprensa branca e feria a dignidade da colectividade desportiva dominada pelos Africanos. Não obstante Portugal recrutar, em Moçambique (e noutras colónias) alguns dos seus melhores jogadores de futebol, entre negros e mestiços!!

A colectividade africana, em Lourenço Marques, exultou com a decisão do Brasil. O semanário *O Brado Africano* aproveitou o incidente para exaltar a coerência dos Brasileiros que repunham, assim, na sua integridade moral, *a forma de estar dos Portugueses no mundo* como Gilberto Freyre tanto exaltara, sem, contudo, se fazer qualquer alusão à vergonhosa subserviência das autoridades moçambicanas! •

Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão

INTRODUÇÃO

Para compreender o processo de feminização do magistério no Brasil é imprescindível remontar-se à história da educação brasileira e da formação dos professores, o que permitirá entender os papéis desempenhados pela educação formal no transcorrer de sua história, assim como os valores que sempre lhe estiveram subjacentes, que explicam em grande parte a feminização da profissão docente nesse país. Isso, por um lado, possibilitará a compreensão dos problemas que o Brasil enfrenta até hoje nesse campo, que demandarão grande empenho para serem superados. Muitas vezes terão que ser consideradas situações particulares, já que o âmbito do ensino primário e normal (destinado à formação dos professores para as classes elementares) praticamente somente esteve sob a responsabilidade das províncias e, depois da Proclamação da República (1889), dos estados. Sendo impossível referir-se a todos os estados, optou-se por exemplificar o caso de São Paulo, que foi mais estudado por nós².

A ACTIVIDADE DOCENTE NO PERÍODO COLONIAL

Durante todo o período colonial brasileiro, que durou de 1500 até 1822, predominou no Brasil uma educação dirigida à elite, ditada principalmente pelos padres jesuítas, que se dedicavam, por um lado, à educação dos filhos das famílias tradicionais voltadas para a actividade produtora rural e, por outro, a ensinar os meninos indígenas, como meio de concretização de sua actividade missionária de evangelização das populações autóctones. Isso se fazia tanto nos colégios fundados por eles em algumas cidades litorâneas, como nas escolas elementares, erigidas junto aos colégios destinados à formação da elite culta e religiosa ou nas aldeias de indígenas recém convertidos.

Os beneficiários desses dois tipos de instrução estabelecidos na

colónia eram somente os indivíduos do sexo masculino, dentro dos padrões sociais em vigor. As mulheres permaneciam em casa, de onde saíam exclusivamente para as práticas religiosas e festas da Igreja. Segundo relatos da época, "os primeiros mestres se dedicavam apenas a ensinar os varões, já que para as mulheres não ficavam bem as artes e a leitura. Ainda em pleno ciclo do Bandeirismo (século XVIII), ao nomear-se um tutor, ele se comprometia a ensinar aos machos a ler, escrever e contar e às fêmeas, a costurar, lavar, fazer compras e demais misteres que as mulheres fazem por suas mãos"³. No próprio século XIX, depois de haverem as mulheres conquistado o direito de ler, havia muitos pais que as impediam "para não aprenderem o que não deviam saber"⁴. Sua condição de ignorância intelectual não as diferenciava das mulheres de Portugal, que também raramente aprendiam a ler e escrever. A timidez e a ignorância foram seus traços característicos até o século passado, somente combatidas pelos jesuítas que, em seus sermões na luta contra o concubinato, eram a única força que se opunha contra a autoridade e a onipotência do grande senhor rural.

Nos primeiros séculos da colonização distinguiam-se, como mestres, em primeiro lugar, os religiosos jesuítas, professores das primeiras letras, a cuja tarefa se dedicavam inclusive antes de serem ordenados sacerdotes. Depois de sua expulsão em 1759, por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal D. José I, passaram a exercer essa função os membros das outras ordens religiosas instaladas no país, que atufavam em escolas monásticas, os capelães de engenho⁵ e alguns poucos "mestres-escolas", leigos nomeados para cobrir os lugares vagos⁶. O estado do ensino era lamentável, conforme o informe de professores nomeados para visitar as aulas e informar ao governo português a respeito. As vagas nas escolas de primeiras letras eram preenchidas por pessoas não pre-

paradas e sem instrução, já que a capacidade avaliada para o desempenho da função se resumia à possibilidade de ler e escrever com "boa letra". Esses mestres legaram aos professores atuais o desprestígio da profissão, assim como uma tradição de má remuneração conjugada com a não preparação e inclinação para improvisação.

A escola desempenhou, na sociedade colonial, inicialmente uma função de internalização de valores, de natureza principalmente religiosa e moral, ao mesmo tempo em que transmitia, através dela, a tradição cultural portuguesa. Ainda que tenha havido ao lado dessa transmissão de valores também alfabetização, esta não derivou de uma necessidade social e, portanto, não se pode falar do desempenho do papel de ensino da escrita por parte da escola. Em relação à classe elevada, ainda que não haja atingido todos os seus membros, teve principalmente um papel de cultivo, exercendo, pois, uma função de prestígio. A educação recebida era, essencialmente, um bem de consumo, que somente aos poucos se foi expandindo e atendendo a camadas mais amplas, constituindo um potencial que, no século XVIII, complementado por estudos na Europa e **sob** a influência das ideias iluministas aí então disseminadas, começou a revelar-se de forma crítica no combate ao poder da metrópole através de diversos movimentos revolucionários de cunho separatista que irromperam na colónia. Segundo F. de Azevedo, o estudo, "quando não era um luxo do espírito, para o grupo feudal e aristocrático, não passava de um meio de classificação social para os mestiços e para a burguesia mercantil das cidades"⁷.

A INDEPENDÊNCIA E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A independência em relação à Coroa portuguesa somente se reflectiu muito lentamente na educação da nova nação. Todo o esforço do governo imperial foi empenha-

Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

do principalmente no desenvolvimento do ensino superior, até então proibido de se instalar na colônia, sem haver uma base sólida que o sustentasse em forma de uma escola média preparatória a esse nível de ensino. A urbanização decorrente da instalação do poder político no país e a transformação lenta dos valores e padrões de comportamento levaram à aparição das primeiras escolas secundárias para senhoritas. Como a situação do ensino continuava calamitosa, começou-se a pensar em formar os professores que deveriam actuar nas escolas elementares e foram dados os primeiros passos para o desenvolvimento de um sistema educacional no Brasil.

A primeira lei que estabeleceu linhas gerais para a instrução no país independente data de 1827, determinando, entre outros pontos, que se instalassem escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugares mais povoados e se autorizando a abertura de escolas de meninas, cargos que deveriam ser cobertos por mestras de meninas. Continuava, pois, dominante a ideia de uma educação distinta para ambos os sexos e, ainda que essa lei procurasse dar melhores condições de trabalho aos mestres, aumentando-lhes a remuneração e exigindo concurso para o ingresso no magistério público, como não havia escola de preparação para a actividade docente, essa exigência legal permaneceu sem eficácia.

Como a responsabilidade pela instrução, de acordo com o Ato Adicional de 1834, passou a ser das províncias no âmbito primário e secundário, a desigualdade entre as diferentes regiões logo se tornou muito evidente. Entretanto, a ambiguidade do texto legal fez que os governos das unidades federais interpretassem como de sua responsabilidade somente o ensino primário e a formação do magistério para o mesmo, visto como extensão daquele. Algumas províncias decretaram a obrigatoriedade do ensino primário, mesmo que em outras tenha permanecido como optativo.

Nessa época a escola exercia

basicamente uma função de prestígio na sociedade, visando à formação das elites. Com a expansão do serviço público, entretanto, passou a ter também um papel de mediação na formação profissional, que não derivava somente de necessidades reais de conhecimento sistemático especializado, mas também ultrapassando largamente esse âmbito, servindo principalmente como meio de ascensão social para a camada livre não directamente relacionada com a aristocrática família ligada à propriedade rural. Havendo se iniciado uma relativa expansão da escola elementar, a função de alfabetização começou a mostrar-se mais evidente, enquanto que a internalização de valores perdeu sua importância no contexto social com o passar da fase inicial de formação da sociedade.

De acordo com Silva, “a compreensão da importância do problema da formação dos professores primários, enquanto condição do desenvolvimento da educação popular, ocorreu no Brasil em fase relativamente tardia e de forma lenta”⁸. A primeira escola normal do Brasil data de 1835, havendo sido a primeira da América Latina e, enquanto instituição pública, a primeira do continente americano, pois as existentes nos Estados Unidos eram organizações privadas⁹. Somente muito lentamente foram criadas escolas nas diversas províncias brasileiras e as datas divergem um pouco ao se confrontarem diferentes autores. É preciso notar, no entanto, que essa divergência pode ser devida, principalmente, ao fato de que transcorria muitas vezes bastante tempo entre a data de apresentação do projecto, a lei que decretava sua criação e sua instalação efectiva, reflectindo directamente as consequências da descentralização do ensino, instituída pelo Ato Adicional.

As primeiras escolas normais, surgidas no século XIX, seguiam o modelo francês – ainda que bastante bem distantes deste – e não poderiam escapar às mesmas características dos outros estores e níveis de ensino. Essa formação

era ministrada de uma forma muito difusa, sem nenhum método que indicasse uma maior preocupação com a preparação dos professores. Reflectia uma tendência geral da época de que o magistério não constituía uma profissão, mas sim, uma vocação, para a qual eram necessárias dedicação, qualidades morais e aptidão. Conhecimentos especializados não eram muito importantes e um sinal disso foi a ausência da disciplina Metodologia do Ensino muitas vezes, que não aparecia no conjunto das disciplinas existentes no currículo da escola normal. A visão da suficiência da preparação empírica do professorado todavia permanecia a mesma, limitando-se a uma repetição do currículo das escolas elementares, somando-se a uma metodologia superficial de alfabetização.

Uma boa parte das primeiras escolas normais era destinada exclusivamente ao sexo masculino, como era comum nessa época em todos os níveis de ensino, somente mais tarde surgindo cursos destinados à formação de professoras. Sem dúvida, data de 1830 um projecto de lei determinando que “no magistério primário das escolas públicas se dará preferência às mulheres”¹⁰, somente aos poucos elas puderam frequentar as escolas formadoras e somente aos poucos passaram a dominar sua clientela. Nota-se uma contradição nos valores então vigentes na sociedade: de um lado, o sexo feminino encontrava dificuldades consideráveis de acesso ao ensino, pois a educação formal não era considerada necessária para as funções que iria desempenhar na sociedade; por outro, o exercício da actividade docente, especialmente no que se refere às crianças, era visto como sendo função própria das mulheres, para a qual teriam habilidades inatas.

A sessão feminina da escola normal de São Paulo, criada em 1847, nunca funcionou e somente voltou a ser aberta efectivamente no ano de 1875. Inicialmente surgiu como meio de encaminhar as senhoritas órfãs criadas no Seminário das Educandas, a expensas de donativos públicos e particula-

Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

res. Todas aquelas que, aos dezoito anos, não tivessem sido pedidas em casamento e não quisessem se empregar como domésticas em casas de famílias de bons costumes, deveriam ser colocadas nos lugares vagos para o sexo feminino. Delas não se exigia nenhum exame, mas sim aptidão para o magistério, ainda que não fique claro como seria verificada tal aptidão. Provavelmente essa aptidão era vista como tão natural que não se precisava verificar.

Um relatório do presidente da presidente da província em 1852 mostra que o destino das mulheres na época somente apresentava duas possibilidades: o casamento e o magistério¹¹. Esta actividade, considerada adequada ao sexo feminino, de acordo com os padrões familiares e morais da época, seria uma espécie de prolongamento das actividades do lar. Dada a existência na época de duas únicas instituições destinadas ao acolhimento de órfãs em São Paulo e devendo ser grande a busca de lugares nelas e, por outro lado, não podendo as autoridades simplesmente colocar na rua moças sem destino, o encaminhamento do sexo feminino inicialmente para o magistério aparece, possivelmente, como uma forma de abertura de vagas para novas pretendentes nos seminários de órfãs. Em 1862, um relatório de outro presidente da província voltava a abordar o assunto, destacando a necessidade de instituir-se de quatro a seis dotes para as moças do Seminário das Educandas “para que possam sair da lá para um dos dois destinos mais **naturais** (negrito da autora) da mulher: casamento ou professorado”¹².

O currículo da primeira escola normal feminina em São Paulo é muito elucidativo a esse respeito: Gramática da Língua Nacional, Aritmética Teórica e Prática até as quatro operações, Princípios da Doutrina Cristã, Língua Francesa, Música Vocal e Instrumental. A inexistência de matérias de natureza pedagógica deixa entrever provavelmente a ideia de que às mulheres estava inerente a “arte de educar”, enquanto que a pre-

sença da Língua Francesa e Música mostra que essa escola tentava imitar a educação dada pelas preceptoras às jovens no seio das famílias abastadas.

Em 1875 a sessão masculina dessa escola tinha trinta e três alunos, dos quais vinte e cinco foram aprovados. Em 1876 esse número se elevava a setenta e cinco no primeiro ano e vinte e cinco no segundo, no entanto na sessão feminina havia quarenta e nove alunas matriculadas¹³. Por medo de que brevemente a província pudesse estar formando mais normalistas do que poderia pagar com os escassos recursos do orçamento, já em 1876 uma lei (nº 55) estabelecia requisitos “mais rigorosos” para a matrícula no curso normal de São Paulo: ser maior de dezoito anos (diferentemente de dezasseis, como antes), ter moralidade notória, saber ler, escrever e as quatro operações aritméticas e praticar a doutrina cristã. Por essa lei foi designada uma vaga de primeiras letras para o sexo masculino e outra para o feminino, enfatizando-se os exercícios práticos. Também por essa lei as mulheres passaram a poder dar aulas para crianças do sexo masculino de até dez anos. Em 1877 foi expedido um novo regulamento para essa Escola Normal, desta vez incluindo já as duas secções para ambos os sexos com os mesmos professores, mas com funcionamento separado. Em maio de 1878, entretanto, devido às dificuldades criadas pela falta de recursos, a escola foi fechada provisoriamente, até que fossem votados os fundos necessários para seu funcionamento regular. No curto período de funcionamento da Escola Normal de São Paulo antes de sua abertura definitiva em 1880, ela formou quarenta e seis alunos, dos quais trinta e nove do sexo masculino e sete do feminino.

Sua reabertura definitiva em 1880 trouxe uma novidade importante, que foi o estabelecimento de classes mistas para os dois sexos, sem levar em conta a reacção da directora do Seminário da Glória - instituição para meninas órfãs que as enviava para a Escola Normal a

fim de que adquirissem uma qualificação profissional adequada - que ameaçou tirar as educandas matriculadas. Essa ameaça, entretanto, não surtiu efeito, pois a decisão do presidente provincial permaneceu inalterada, forçando a aceitação das classes mistas. Entretanto, essa decisão foi objecto de muitas discussões e críticas, tanto por parte de um director interino da escola em 1883, como de presidentes provinciais em seus discursos na Assembleia Provincial, que não perdiam oportunidade de criticar o sistema de aulas mistas. Foi o caso do Conselheiro João Alfredo, que considerava que não devia prevalecer o sistema de classes mistas, embora defendesse uma formação intelectual mais ampla para as mulheres e a superação dos preconceitos que impediam o acesso do sexo feminino às actividades produtivas¹⁴, o que faz supor que a forte oposição à coeducação na escola normal não derivava da vontade de conservar a mulher presa ao lar, mas provavelmente a convicção a respeito dos prejuízos para o sexo feminino do contacto mais íntimo com o sexo oposto. Em outro discurso, esse mesmo presidente se referia ao atraso do ensino na província, cujo remédio seria, entre outros, a multiplicação das escolas normais e a ampliação da participação feminina na actividade docente. Percebe-se que nessa época já se começava a ver o interesse de estimular a orientação das mulheres para as escolas formadoras de magistério primário, entre outros motivos, certamente pelo fato de que a má remuneração paga aos mestres não poderia atrair os representantes do sexo masculino, que precisavam sustentar a família, além de considerarem a mulher como tendo as qualidades inatas para o desempenho da actividade docente.

Essa mentalidade estava presente em todo o país. O exercício do magistério não se constituía numa profissão, sim verdadeiramente numa vocação. Segundo toda a tradição cristã, o trabalho e especialmente o ensino eram encarados não como “uma combina-

Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

ção de realizações específicas ou capacidades e habilidades para se atingirem essas realizações”¹⁵, mas uma vocação que deveria ser seguida de acordo com a inclinação e talento de cada indivíduo, em resposta a um chamado interior de origem divina. Em diferentes relatórios dos presidentes das províncias dirigidos às Assembleias, assim como nos dos Inspectores Gerais de Instrução Pública percebe-se uma linguagem denotando essa visão. Em 1870, o Ministro do Império assim se dirigia às Câmaras, descrevendo o lamentável estado do ensino: “em nenhuma província satisfaz seu estado... pela falta de vocação para o magistério, pelo zelo e dedicação dos professores”¹⁶. Do mesmo modo se expressava na lei n.º 54, de 15/04/1868, de São Paulo: “Os [professores] que não demonstram vocação para o ensino, com aproveitamento dos alunos, perderão [a gratificação concedida pela lei ao magistério]”¹⁷.

O presidente da província de São Paulo, em um relatório à Assembleia provincial de 1873, dizia: “O professorado se rebaixou ao ponto de não ser mais um sacerdócio, e sim exclusivamente um gênero de vida, uma indústria e um comércio”¹⁸. A impressão que se tem é que a criação de uma série de escolas normais em diversas províncias obedecia mais à vontade de não ficar atrás de outras que já haviam decretado sua criação, sendo, portanto, mais uma questão de prestígio que propriamente resultado do desejo de atender às necessidades prementes de formação do magistério primário. A própria acentuação da necessidade de se provarem os bons costumes dos candidatos para a inscrição nas escolas normais, que pode ser encontrada na legislação vigente em todas as províncias, reflecte muito mais uma preocupação evidente na época com os padrões morais do que com a necessidade de uma base prévia de conhecimentos. Nas diversas escolas normais procurava-se dar aos alunos mestres uma formação rápida, logo a seguir ao ensino primário, como forma de prolongamento da cultu-

ra geral e uma sumária formação técnica, reduzida a questões muito gerais de Pedagogia, sem nenhum significado profissional. Para ensinar, segundo a concepção generalizada da época, bastava saber o conteúdo do ensino a ser transmitido. **Como ensinar**, todavia, não chegava a constituir uma preocupação dominante. “A despreocupação com que qualquer pessoa, no Brasil, se arroga o título de professor e, mais, o fato de nossos costumes e nossas leis o tolerarem demonstram que, na própria consciência pública, não há diferenças para os que tinham passado por um instituto de preparação para o magistério. Compreende-se, assim, que se pode chamar de “professor” qualquer um, saiba ou presuma saber, e não somente ‘ao que saiba ou deva saber ensinar’”¹⁹. Na prática, como a actividade docente era muito mal remunerada, acabava atraindo, em muitos casos, simplesmente aqueles que podiam exercê-la como actividade paralela ou que tinham a família por trás como apoio (é o caso das mulheres, como aos poucos foi acontecendo) ou, ainda, os que não haviam encontrado qualquer outra actividade mais bem remunerada.

O quadro abaixo mostra que ao final do governo imperial não havia ainda predomínio do sexo feminino entre os alunos normalistas, tendendo ora para um sexo, ora para o outro o maior número de matrículas, mas já se prenunciava a feminização, considerando-se o número de matrículas

desse sexo na escola preparatória ao curso normal já em seu primeiro ano de criação (1880), escolta essa que funcionava anexa à Escola Normal (cinquenta e cinco homens e setenta e duas moças)²⁰.

Ao fim do Império, podiam ser encontrados os seguintes tipos de professores de escolas elementares: os formados pelas escolas normais, que eram em certas províncias obrigados a prestar concurso e em outras não (como São Paulo), a não ser em casos de mais de um candidato a um lugar vago; professores nomeados posteriormente ao concurso, cuja seriedade variava bastante de um lugar para outro e professores contratados provisoriamente para cobrir os lugares vagos. Segundo Tanuri, a preferência pela admissão de alunos pobres como professores adjuntos ou auxiliares, constatada em quase todas as províncias, se devia ao “hábito de considerar o magistério, não como refúgio dos mais capazes, senão como apoio aos mais pobres”²¹. Tal ideia pode estar também na base das medidas que destinavam as senhoritas educadas nos seminários de órfãs, na impossibilidade de contratarem casamento por falta de dote, ao magistério.

A má remuneração dos professores, que não é fenómeno exclusivo do Brasil, a falta de condições das escolas e os escassos fundos concedidos à educação reflectem certamente o preconceito em relação à actividade educativa, não considerada como um investimen-

Quadro 1
Matrículas na Escola Normal de São Paulo de 1880 a 1889

ANOS	ALUNOS MATRICULADOS			DIPLOMADOS		
	Masc.-%	Femin.-%	Total	Masc.-%	Femin.-%	Total
1880	40,98	59,02	61	-	-	-
1881	60,00	40,00	65	85,71	14,29	7
1882	66,18	33,82	68	55,00	45,00	20
1883	62,37	37,63	93	66,67	33,33	18
1884	58,16	41,84	141	77,78	22,22	18
1885	59,05	40,95	232	59,46	40,54	37
1886	51,55	48,45	291	50,00	50,00	26
1887	52,14	47,86	257	73,08	26,92	52
1888	39,82	60,18	339	50,00	50,00	64
1889	47,78	52,22	293	44,35	55,65	115

Fonte: Tanuri, 1979, p. 41.

Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

to produtivo relevante. Daí a pequena importância atribuída à educação, em geral, e aos professores, em particular, que não receberam, nem recebem até hoje, salários merecidos nem desfrutam de prestígio na sociedade. A preocupação com o equilíbrio do orçamento no século passado era tão grande e, por outro lado, com a educação muitas vezes tão pequena, que grande parte dos dispositivos legais relativos ao ensino vinham inseridos em artigos da lei do orçamento.

Ao longo do período que se estendeu desde a chegada da família real portuguesa (1808)²² até o fim do Império (1889), a evolução no sistema de formação dos mestres das primeiras letras passou por três fases bem distintas: de um simples processo de selecção entre os julgados “mais dignos” ou com “mais vocação” para “tão alto cargo” passou-se para um período em que essa preparação deveria fazer-se na prática, pela observação e aco similtâneas. Posteriormente, ao haver-se percebido que o emprego de certos métodos de base intuitiva não produzia o efeito desejado, começaram as tentativas de organização de um ensino mais sistemático através das escolas normais. Dado o pequeno número de candidatos que se dirigiam a essas escolas e o número ainda menor dos que delas saíam formados e o número menor ainda dos que, havendo obtido o certificado de habilitação, se dirigiam à carreira para a qual se haviam preparado, continuaram a ser escolhidos mestres por meio de concursos ou simples nomeações. A história das primeiras escolas normais constituiu-se em uma série de tentativas mais ou menos frustradas para a formação do magistério que se fazia necessário para a provisão de um número enorme de cadeiras primárias criadas, mas vagas por falta de mestres. A actividade docente não adquiriu prestígio na sociedade pela má remuneração que oferecia, criando assim um círculo vicioso que impedia que indivíduos mais bem preparados se dirigissem a ela. Seu papel acabou sendo o de satisfa-

ção de uma necessidade que tampouco era considerada importante, já que a formação da elite estava assegurada pela existência dos colégios e professores particulares. Numa sociedade aristocrática, toda voltada para os interesses da oligarquia latifundiária, a educação popular não chegou a adquirir significação, a não ser no que poderia interessar à classe dominante. No caso brasileiro, como a maioria dos serviços era desempenhada pela mão de obra escrava²³, que estava afastada do ensino por dispositivos legais até quase o fim do Império, o ensino elementar não chegou a ter relevância.

As mesmas ideias que difundiram o ideal republicano no país (positivistas) tornaram-se responsáveis por uma preocupação acentuada com o nível educacional da população e pelas primeiras medidas no sentido de uma efectiva concretização em terras brasileiras da mentalidade liberal-democrática surgida na Europa no século XVIII. Somente nesse momento, então, é que se tornou patente a necessidade de criação de estabelecimentos de ensino normal eficientes, destinados à preparação do corpo docente das escolas primárias em expansão. •

NOTAS

- 1 Professora doutora do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, Campus de Ribeirão Preto - e Diretora-Presidente do Centro de Estudos Rurais e Urbanos - NAP-CERU.
- 2 Ver a respeito Campos, 1982, 1990, 1991.
- 3 SÃO PAULO, Departamento Estadual de Informações. Centenário de Ensino Normal em São Paulo, 1946, p. 1.
- 4 Id., *ibid.*, p. 1.
- 5 Os capelães de engenho eram padres geralmente pertencentes à própria família dos senhores rurais, que desempenhavam tanto funções religiosas como educativas no complexo da propriedade rural.
- 6 É interessante relatar como ocorreu a eleição do primeiro professor não religioso em São Paulo. A primeira escola pública nessa capitania foi fundada em 1768, quando foi entregue a José Carlos dos Santos

Bernardes, seu primeiro mestre-escola, o “diploma de nomeação”, depois que este havia sido proposto pela Câmara como pessoa capaz e culta e conseguido do governador da capitania o direito a remuneração a ser paga pelos alunos. Foi exigido dele cumprir as leis de ensino e as demais obrigações correspondentes. Ao mesmo tempo foi ordenado o fechamento de todas as escolas, cujos professores não pudessem apresentar o “diploma de nomeação” (Rodrigues, J. L., 1930).

7 Azevedo, F., 1964, p. 554.

8 Silva, 1969, p. 343.

9 Bittencourt, 1953, p. 44.

10 Moacyr, 1937, vol. 1, p. 229.

11 Id., 1939, vol. 2, p. 328.

12 Moacyr, 1939, vol. 2, p. 341. A respeito da representação vigente na sociedade sobre ser a atividade docente uma função adequada ao sexo feminino, consultar o livro de **Blay (1978) sobre a profissionalização da mulher na indústria em São Paulo**, no qual a autora mostra que inclusive as representantes desse sexo ocupando funções em atividades industriais na região mais industrializada do país consideravam o magistério como o melhor lugar para a mulher exercer uma atividade remunerada. Essa imagem foi encontrada tanto entre as profissionais de nível universitário como entre aquelas que exerciam outros cargos que não o de secretária (p. 262ss).

13 Moacyr, 1939, vol. 2, p. 374.

14 Moacyr, 1939, vol. 2, p. 396.

15 Hartfiel, 1972, p. 70.

16 Holanda, 1971, p. 37.

17 Moacyr, 1939, vol. 2, p. 352.

18 Moacyr, 1939, vol. 2, p. 364.

19 Lourenço Filho, 1955, p. 45.

20 Rodrigues, J. L., 1930, p. 112.

21 Tanuri, 1970, p. 300.

22 Por causa da invasão napoleônica, em 1808, a família real portuguesa se transferiu com toda a corte e a administração do império para o Brasil, o que teve como consequência mais tarde a declaração da independência por iniciativa do príncipe D. Pedro, que se tornou o primeiro imperador do país independente.

23 A escravidão somente foi abolida no Brasil em 1888, um ano antes da proclamação da República.

NOTA DO EDITOR:

A autora deste artigo (cuja publicação se conclui no próximo número do Boletim) integra o Centro de Estudos Rurais e Urbanos, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, Campus de Ribeirão Preto.

III Congresso Histórico de Guimarães, de 24 a 27 de Outubro

D. Manuel I e a sua época

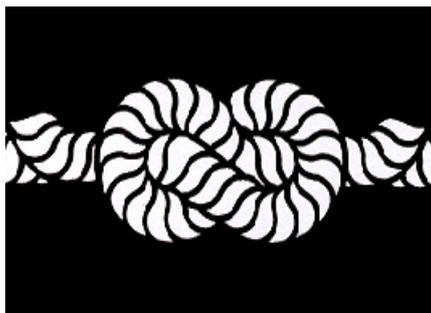
Organizado pela Câmara Municipal e pelo Núcleo de Estudos da População e Sociedade da Universidade do Minho, o III Congresso Histórico de Guimarães esta iniciativa visa **“aprofundar o conhecimento histórico de Portugal dos séculos XV e XVI na perspectiva do seu espaço europeu, excluindo a parte referente à expansão portuguesa”**.

Outro dos objectivos deste evento, é o de **“estimular a convergência da investigação de medievalistas e modernistas em clássicas abordagens históricas”**.

O Presidente do Congresso fez questão de sublinhar que estas iniciativas não têm de tratar apenas de temas ou de figuras ligadas à história vimaranense e, por isso, a escolha deste evento recaiu este ano em D. Manuel I.

De resto, tratou-se de uma escolha consensual na Comissão Científica do Congresso cujo presidente é o professor Baquero Moreno: **“significa a escolha de um tema importante na história de Portugal”**.

Recorde-se que D. Manuel I foi um dos monarcas cujo reinado e cuja época **“se revela das mais interessantes e frutuosas de estudar e aprofundar do ponto de vista histórico”**. Aliás, tendo em conta um reinado que foi **“tão rico e tão vasto”**, a Comissão Organizadora e a Comissão Científica viu-se



na contingência de instituir uma restrição, a de que não se abordaria a parte relativa à expansão ultramarina portuguesa.

De acordo com Freitas do Amaral, esta matéria **“foi recentemente objecto de aprofundada investigação”**, e tem sido abundantemente tratada noutros Congressos e noutras sedes: **“é pois fundamentalmente sobre o Portugal Metropolitano que o Congresso vai fazer incidir a sua análise”**.

O Congresso está dividido em quatro secções que trabalharão separadamente e cada uma delas subordinada a um tema. A primeira secção tem como tema, “Administração, Justiça e Direito” e será coordenada pelo professor Baquero Moreno. A segunda secção incidirá sobre “Igreja e Assistência” e será coordenada pelo professor José Marques. Quanto à terceira secção, tem como tema “População, Sociedade e Economia”, estando a coordenação a cargo das professoras Norberta Amorim e Ana Maria Rodrigues. Por último, a quarta secção tem como tema “Arte e Cultura”, sendo coordenada pelo professor Fausto Martins.

Com estas matérias, e excluindo a parte ultramarina, a Comissão Organizadora e a Comissão Científica estão convictas de que o Congresso **“abrangerá o essencial”** do que se passou no reinado e na época de D. Manuel I, um monarca que está na

“charneira” entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Segundo Freitas do Amaral tratou-se de um reinado **“particularmente rico e interessante de todos os pontos de vista”**. •

D. Manuel e a sua época III Congresso Histórico de Guimarães

Local

Universidade do Minho, Camous de Azurém, Guimarães.

Data

24 a 27 de Outubro de 2001.

Organização

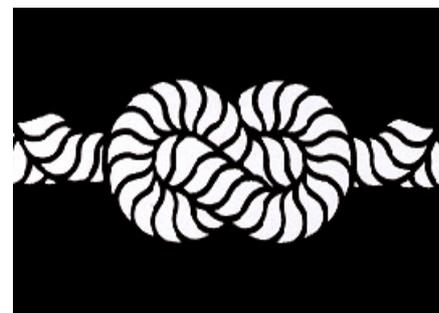
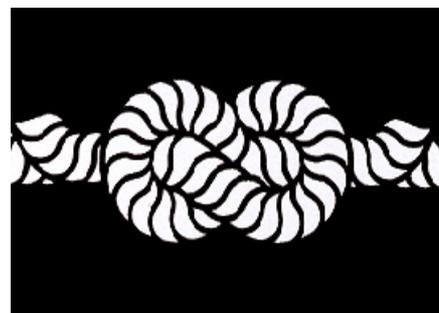
Câmara Municipal de Guimarães
NEPS – Universidade do Minho

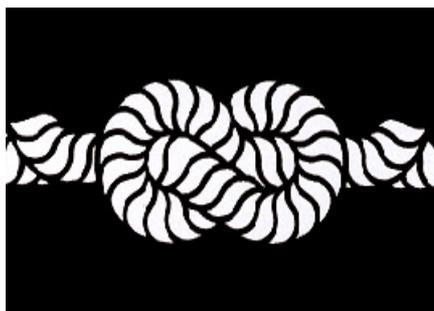
Presidente do Congresso

Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral

Comissão Científica

Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno (Presidente)
Profª Doutora Maria Norberta Amorim (Secretária-Geral)
Prof. Doutor José Marques
Prof. Doutor José Viriato Capela
Profª Doutora Ana Maria Rodrigues
Profª Doutora Isabel dos Guimarães Sá
Profª Doutora Maria da Conceição Falcão
Prof. Doutor Fausto S. Martins



III Congresso Histórico de Guimarães, de 24 a 27 de Outubro**D. Manuel I e a sua época**

1ª Secção

**Administração,
Justiça e Direito**

Coordenador

Prof. Doutor Baquero Moreno

2ª Secção

Igreja e Assistência

Coordenador

Prof. Doutor José Marques

3ª Secção

**População,
Sociedade e Economia**

Coordenadoras

**Profª Doutora Maria Norberta
Amorim****Profª Doutora Ana Maria
Rodrigues**

4ª Secção

Arte e Cultura

Coordenador

**Prof. Doutor Fausto
S. Martins****PROGRAMA****23 de Outubro
terça-feira**

17h00/23h00

Abertura do Secretariado
Entrega de pastas
e documentação**24 de Outubro
quarta-feira**

09h00-11h00

Entrega de pastas
e documentaçãoCerimónia
de Abertura do Congresso
-Auditório Nobre15h00 - 18h00
1ª Sessão de Trabalho

18h30

Inauguração da Exposição
“**D. Manuel e a sua época
nas coleções do Museu**”
-Museu de Alberto Sampaio

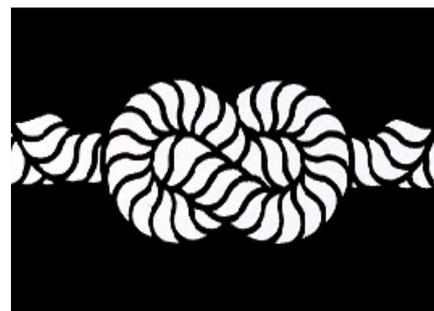
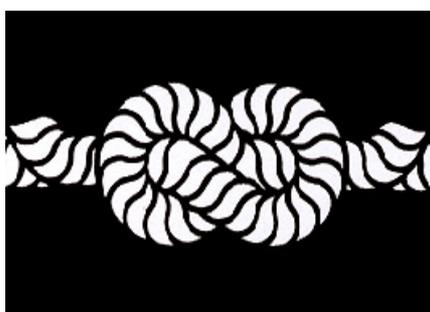
21h45

Concerto
pela Orquestra do Norte
-Igreja de S. Francisco**25 de Outubro
quinta-feira**09h30 - 12h30
2ª Sessão de Trabalho15h00 - 18h00
3ª Sessão de Trabalho

18h30

Apresentação da publicação
“Cortes de D. Manuel”, do Cen-
tro de Estudos Históricos da
Universidade Nova de Lisboa
-Auditório Nobre

21h45

Teatro: “Auto da Índia”, de Gil
Vicente - Teatro Oficina
Auditório Nobre da Universidade
do Minho**26 de Outubro
sexta-feira**09h30 - 12h30
4ª Sessão de Trabalho15h00 - 18h00
5ª Sessão de Trabalho
18h30Apresentação da
“**Base de Dados Genealógica
da Cidade de Guimarães**”,
pelo NEPS-UM
-Auditório Nobre

21h45

Ciclo “A Memória do Cinema”
Palavra e Utopia,
de Manoel de Oliveira
-Auditório Nobre**27 de Outubro
sábado**09h00
Feira Medieval de Guimarães
-Centro Histórico11h30
Cerimónia
de Encerramento do Congresso
-Paço dos Duques de Bragança**Secretariado**Largo Cónego José Maria Gomes
4810-242 GUIMARÃEStel.: 253 51 83 94
fax: 253 51 51 34camaraguimaraes@mail.telepac.pt

Um livro de Maria Glória Parra Santos Solé

Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)

Acaba de ser lançado o livro *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, sendo já o nº 12 da série Monografias do NEPS.

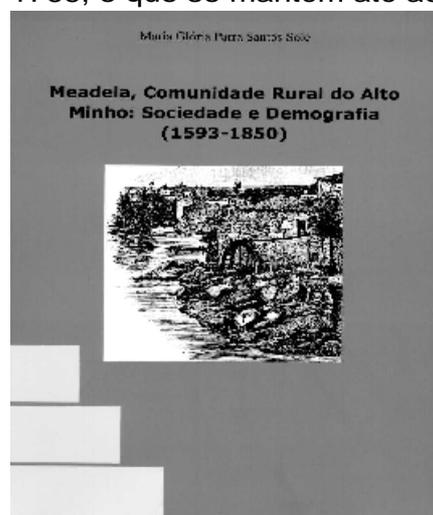
A autora, Maria Glória Parra Santos Solé, analisa as estruturas sociais e demográficas de uma paróquia rural do concelho de Viana do Castelo, procurando estabelecer a relação entre a evolução demográfica e social desta paróquia, através de uma abordagem comparativa de diferentes fontes, desde registos paroquiais, fontes fiscais (contribuições da décima), visitas e devassas, testamentos, guias de passaporte, etc.

Para a elaboração da pesquisa, Maria Glória Parra Santos Solé recorreu à metodologia de reconstituição de paróquias. Um método que permitiu cruzar a “base de dados” com outras fontes que possibilitaram a compreensão do regime demográfico, mas também a realidade cultural, económica, social e religiosa desta comunidade. Assim, enveredou por uma investigação de tipo micro-histórico, utilizando o nome como ponto de referência e partindo de critérios identificáveis, privilegiando o estudo de casos, susceptíveis de constituir uma amostra significativa, reveladores de comportamentos estatisticamente frequentes e portanto normais, como pela sua capacidade de revelarem vivências e práticas humanas eventualmente “excepcionais”.

Segundo a autora, nesta monografia da Meadela, a pesquisa incidu no estudo demográfico da população, através do estudo das variáveis de nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade, recorrendo para isso aos registos de nascimentos, casamentos e óbitos, que possibilitou reconstituir esta comunidade, para

o período entre finais do século XVI a meados do século XVIII.

O crescimento demográfico da população apresentou-se ao longo deste período moderado, interrompido por fases depressivas no segundo quartel do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, resultante de uma diminuição do volume de nascimentos antecedida pela diminuição dos casamentos e por ligeiras crises de mortalidade nas décadas de 1660, 1700, 1750, destacando-se a grave crise de 1784. A recomposição demográfica iniciada em 1766, e que se mantém até ao



fim da observação deve-se em larga escala ao aumento do número de concepções/nascimentos e à estabilização do fenómeno da mortalidade. A partir do último quartel do século XVIII a paróquia da Meadela revela um considerável dinamismo demográfico.

A nupcialidade na paróquia revelou um casamento tardio para ambos os sexos, prevalecendo ao longo da observação uma idade média ao primeiro casamento superior da mulher em relação à dos homens.

A elevada idade média ao casamento das mulheres não afecta, contudo a descendência esperada numa época de fecundi-

dade não controlada. Encontrámos, por isso, uma alta taxa de fecundidade, concentrando-se nos grupos etários dos 20 aos 34 anos. A infecundidade não foi um problema detectado nesta paróquia. O mesmo não se pode dizer sobre a ilegitimidade, que se apresentou significativa, particularmente para o século XVIII.

Relativamente à evolução da mortalidade, a investigadora constatou a existência de registos de mortalidade infantil para o período de 1720 a 1780 que se apresentou pouco gravosa. Quanto à mortalidade dos maiores de sete anos, concluiu que a época mais afectada por crises coincidiu com o último quartel do século XVIII, registando-se oscilações de menor amplitude no restante período.

Através da exploração dos testamentos procurámos compreender melhor a realidade económico-social, a mentalidade e religiosidade desta comunidade, através dos usos e costumes e das atitudes perante a morte tomadas pelos testadores.

Podemos ainda analisar o fenómeno da mobilidade. A limitação dos registos paroquiais sobre as informações acerca da mobilidade levou Maria Glória Solé a consultar outras fontes, nomeadamente, passaportes internos (de 1761 a 1767 e de 1808 a 1832) e guias de passaporte (1837 a 1850).

Através destas fontes verificou a existência de indivíduos de outras localidades, fixando-se nesta paróquia por motivos que se prendem com questões matrimoniais e/ou laborais. A abertura da paróquia em 1880 é reforçada e generalizada, verificando-se uma maior entrada de mulheres na paróquia. Mas a saída da paróquia processava-se também, sendo os destinos mais escolhidos Lisboa, Galiza (Espanha) e Alentejo. •

ficha de inscrição**neps****IDENTIFICAÇÃO**

Nome	Data de Nascimento / /
------	---------------------------

Endereço

Telefone	Fax	E-mail
----------	-----	--------

Naturalidade

BI n.º	Data / /	Arquivo	N.º Contribuinte
--------	----------	---------	------------------

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Doutor	Doutorando	Mestre	Mestrando	Licenciado	Estudante
--------	------------	--------	-----------	------------	-----------

CURSOS [indicar instituições e anos de conclusão]

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Profissão

Instituição

Endereço

Telefone	Fax	E-mail
----------	-----	--------

INTERESSES DE INVESTIGAÇÃO

Fontes	Análise demográfica	Reconstituição de Paróquias
Registos paroquiais ou de estado civil	Outra documentação paroquial	Documentação fiscal
Passaportes	Dotes	Testamentos
Doações	Outra documentação notarial	Cruzamento de fontes diversas
Migrações	História da família	Genealogias
História da criança abandonada	Análise social	História da alfabetização

Outros

Data	Assinatura
____/____/____	

Depois de preenchida, esta ficha deverá ser remetida ao Neps, com uma cópia do currículo do investigador.

ficha de actualização bibliográfica**neps**

Autor:

Título:

Publicado	Policopiado	Inédito
Artigo	Livro	Dissertação

Editor	Ano de edição
--------	---------------

Local de edição	N.º de páginas
-----------------	----------------

Revista	N.º/ano	Páginas /
---------	---------	-----------

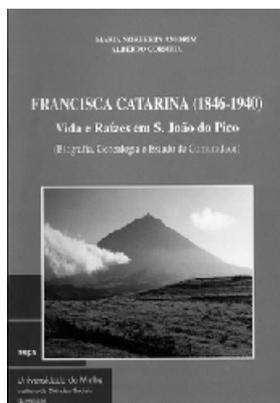
Se se tratar de uma comunicação apresentada em encontro científico, indique a identificação completa do evento (título/temática/secção onde o trabalho foi apresentado; entidade organizadora; local e data de realização):

Resumo

Para que o possa divulgar, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade necessita de manter actualizada o seu ficheiro bibliográfico com as produções dos seus membros. Para tanto, agradecemos que esta ficha seja preenchida e remetida para o NEPS sempre que produza ou publique um novo trabalho, fazendo-a acompanhar, sempre que possível, por uma cópia do mesmo.

AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto, *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00] - [18,95 €]



BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 250\$00]- [6,23 €]

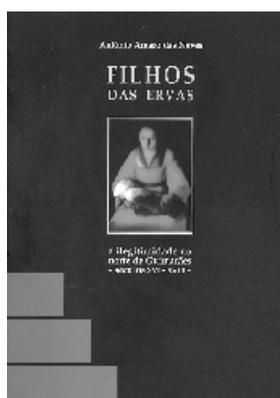


CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]- [18,95 €]

FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]- [14,96 €]



GOMES, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00]- [14,96 €]

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 000\$00]- [14,96 €]

MACIEL, Maria de Jesus, *Imagens de Mulheres*, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[1 800\$00]- [8,98 €]



SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarições, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00]- [14,99 €]

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00]- [18,95 €]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretária do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).

Boletim Informativo
nº 21 n Setembro de 2001

PUBLICAÇÃO DO:
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:
Maria Norberta Amorim

EDITOR:
António Amaro das Neves

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:
Elisabete Pinto

COLABORADORES DESTES NÚMERO:
Miguel Monteiro,
Maria Norberta Amorim,
Luís Polanah, Maria Christina S. Sousa Santos, Elisabete Pinto,
António Amaro das Neves

SECRETARIADO:
Isabel Salgado, Daniel Freitas,
Fátima Dias, Natália Silva, Sónia Fernandes, Vítor Oliveira

DEPÓSITO LEGAL
n.º 125306/98

♦ Núcleo de Estudos de População e Sociedade
Universidade do Minho,
Pólo de Azurém
4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:
253510187

♦ e-mail:
neps@eng.uminho.pt

♦ Mailing list:
•endereço:
neps_uminho@egroups.com

•subscrição:
neps-uminho-subscribe@egroups.com

♦ URL:

http://sarmiento.eng.uminho.pt/~neps

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.